



ANGOLA

DISCUSSÕES SOBRE A PRIMEIRA AVALIAÇÃO PÓS-FINANCIAMENTO – COMUNICADO DE IMPRENSA; E RELATÓRIO DA EQUIPA TÉCNICA

Janeiro de 2024

No contexto da primeira avaliação pós-financiamento, os seguintes documentos foram publicados e estão incluídos neste pacote:

- **Comunicado de imprensa**, que inclui a declaração da Presidente do Conselho de Administração.
- **Relatório da Equipa Técnica** elaborado por especialistas do FMI para apreciação do Conselho de Administração a 29 de agosto de 2023, após as discussões concluídas a 21 de julho de 2023 com as autoridades de Angola sobre a evolução da economia e as políticas económicas. O relatório da equipa técnica foi finalizado a 31 de julho de 2023, com base na informação disponível na altura das discussões.

A política de transparência do FMI permite a supressão de informações susceptíveis de influenciar os mercados ou que constituam uma divulgação prematura das intenções das autoridades em termos de políticas nos relatórios da equipa técnica e noutros documentos publicados.

Para adquirir exemplares impressos deste relatório, entre em contacto com:

International Monetary Fund • Publication Services
PO Box 92780 • Washington, D.C. 20090
Telephone: (202) 623-7430 • Fax: (202) 623-7201
E-mail: Website: <http://www.imf.org>

Fundo Monetário Internacional
Washington, D.C.



O Conselho de Administração do FMI conclui as primeiras discussões de avaliação pós-financiamento com Angola

PARA DIVULGAÇÃO IMEDIATA

Washington, DC — 5 de setembro de 2023: No dia 29 de agosto de 2023, o Conselho de Administração do Fundo Monetário Internacional (FMI) concluiu a **Avaliação Pós-Financiamento** (APF)¹, tendo analisado e aprovado a Avaliação da Equipa Técnica segundo o procedimento de aprovação tácita². A capacidade de Angola para reembolsar o Fundo é adequada, apesar dos riscos elevados.

Angola iniciou a sua recuperação em 2021–22, num contexto de preços do petróleo mais elevados e de reformas bem-sucedidas, mas a fraqueza do sector petrolífero conduziu a desafios significativos para a economia. No final de 2022 e no primeiro semestre de 2023, o sector petrolífero enfraqueceu devido ao prolongamento de operações de manutenção temporárias. Com a descida quer dos preços do petróleo, quer da produção, no primeiro semestre de 2023, as exportações e as receitas petrolíferas diminuíram, o que resultou numa debilidade dos sectores fiscal e externo e numa depreciação significativa da taxa de câmbio nominal em junho de 2023. Na sequência da forte depreciação da taxa de câmbio nominal e da supressão parcial dos subsídios aos combustíveis, a inflação aumentou em junho para 11,3% (de 10,6%), pela primeira vez em 15 meses consecutivos, tendo o Banco Nacional de Angola (BNA) reagido com uma maior restritividade das condições de liquidez.

Prevê-se que o crescimento abrande para 0,9% em 2023 (devido a uma produção petrolífera estimada fraca este ano), antes de estabilizar em cerca de 3,4% a médio prazo, ajudado pela agenda de reformas estruturais e de diversificação das autoridades. Prevê-se, também, que a inflação aumente temporariamente em 2023/24 devido ao aumento dos preços da energia relacionado com a reforma dos subsídios aos combustíveis, abrandando posteriormente.

Prevê-se, ainda, um ajustamento orçamental moderado em 2023, em conformidade com o orçamento, e um ajustamento mais significativo em 2024 com a reforma planeada dos subsídios aos combustíveis. Embora as perspectivas orçamentais a curto prazo se tenham agravado desde o artigo IV, as autoridades poderão atingir os seus objectivos orçamentais a médio prazo, de acordo com a projecção de referência, caso implementem na íntegra a reforma dos subsídios. Os riscos de deterioração das perspectivas incluem uma descida do preço mundial do petróleo maior do que a prevista, a continuação da fraqueza da produção petrolífera e a não aplicação integral da reforma prevista dos subsídios aos combustíveis em 2024.

¹ Após a conclusão de um [programa de empréstimos do FMI](#), o país pode ser objecto de uma avaliação pós-financiamento (APF). O objectivo desta avaliação é identificar os riscos que pesam sobre a viabilidade financeira a médio prazo de um país e fornecer alertas precoces sobre os riscos para o balanço do FMI. Para obter mais informações, clique [aqui](#).

² O Conselho de Administração adopta decisões ao abrigo do seu procedimento de aprovação tácita quando concorda que uma proposta pode ser analisada sem a convocação de debates formais.

Avaliação do Conselho de Administração

A recuperação de Angola a curto prazo continua dependente do sector petrolífero e depende em grande medida da concretização dos planos de diversificação a médio prazo. Apesar dos resultados mais fracos da produção de petróleo no primeiro semestre de 2023, prevê-se que a dinâmica de crescimento continue, uma vez concluídas as operações de manutenção temporárias. Os riscos para as perspectivas continuam a ser elevados, dada a continuação da forte dependência do sector petrolífero, sendo que o médio prazo depende, em grande medida, da recuperação do sector não petrolífero e dos progressos alcançados por parte das autoridades no que toca ao plano de diversificação.

A capacidade que Angola tem para reembolsar o FMI é adequada, apesar dos riscos elevados, e o país parece ser resistente aos choques. De acordo com o cenário de base, prevê-se que os reembolsos de Angola ao Fundo aumentem a médio prazo, mas que atinjam o seu ponto máximo em 2026, situando-se em níveis relativamente confortáveis. Num cenário de choque significativo e prolongado, os indicadores de capacidade de reembolso projectados permaneceriam controláveis. Perante este cenário, seria importante aplicar medidas destinadas a mitigar o choque, incluindo permitir que a taxa de câmbio funcione como um amortecedor de choques e racionalizar algumas despesas.

A derrapagem orçamental reduziu as reservas e é necessário um ajustamento sustentado para atenuar os riscos. As autoridades devem continuar a atuar rapidamente para inverter a grande derrapagem orçamental de 2022. Para o efeito, é fundamental aplicar plenamente a reforma dos subsídios anunciada em 1 de junho (com medidas de mitigação para apoiar os mais vulneráveis). Paralelamente, as autoridades devem também prosseguir medidas de política fiscal que permitam mobilizar receitas internas não petrolíferas e realizar novos progressos na agenda estrutural orçamental, incluindo as reformas da gestão das finanças públicas e da gestão do investimento público.

São necessários esforços contínuos para reforçar a estabilidade financeira. As reformas prudenciais em curso devem continuar a melhorar a supervisão e a saúde do sector bancário. Para salvaguardar a confiança dos mercados e reduzir o risco orçamental contingente, a DGF deve reforçar a sua capacidade financeira e operacional e o BNA deve preparar-se para levar a cabo de forma decisiva a resolução ou liquidação dos bancos problemáticos, caso seja necessário, protegendo apenas os pequenos depositantes.

Manter a tónica nas reformas estruturais a médio prazo é fundamental para manter o crescimento no contexto de um sector petrolífero em declínio. A redução da dependência do sector petrolífero é fundamental e deve continuar a ser a prioridade das autoridades a médio prazo, a fim de reduzir as vulnerabilidades decorrentes da maior volatilidade deste sector. Por conseguinte, são necessários esforços contínuos para reforçar a governação, melhorar o ambiente empresarial e promover o investimento privado, orientados pelos planos de diversificação das autoridades, bem como por políticas macroeconómicas e financeiras reforçadas no âmbito do novo Plano de Desenvolvimento Nacional (2023–2027).

Angola: Principais indicadores económicos, 2022–24

	2022	2023	2024
		Proj.	
Economia real (variação percentual, salvo indicação em contrário)			
Produto interno bruto real	3,0	0,9	3,1
Sector petrolífero	0,5	-6,1	0,5
Sector não petrolífero	4,2	3,4	3,8
Produto interno bruto (PIB) nominal	20,1	12,5	27,0
Sector petrolífero	5,9	-3,9	26,8
Sector não petrolífero	26,4	18,5	27,0
Deflador do PIB	16,6	11,5	23,2
Deflador do PIB não petrolífero	21,4	14,6	22,3
Preços no consumidor (média anual)	21,4	14,6	22,3
Preços no consumidor (final do período)	13,8	18,8	25,6
Produto interno bruto (em mil milhões de kwanzas)	56.778	63.851	81.078
Produto interno bruto petrolífero (em mil milhões de kwanzas)	15.330	14.732	18.687
Produto interno bruto não petrolífero (em mil milhões de kwanzas)	41.447	49.119	62.391
Produto interno bruto (em mil milhões de USD)	122,8	96,9	94,6
Produto interno bruto <i>per capita</i> (em USD)	3.438	2.635	2.497
Administração central (em percentagem do PIB)			
Total de receitas	23,2	21,8	21,5
<i>Das quais:</i> Petrolíferas	13,6	11,8	11,3
<i>Das quais:</i> Impostos não petrolíferos	7,9	7,8	7,8
Total de despesas	22,5	23,9	20,7
Despesas correntes	16,4	19,0	16,5
Despesas de capital	6,1	4,9	4,2
Saldo orçamental global	0,7	-2,1	0,8
Saldo orçamental primário não petrolífero	-8,5	-8,3	-5,4
Saldo orçamental primário não petrolífero (em percentagem do PIB não petrolífero)	-11,6	-10,8	-7,0
Moeda e crédito (fim do período, variação percentual)			
Agregado monetário (M2)	-1,4	12,5	24,7
Em percentagem do PIB	20,0	20,0	19,6
Velocidade (PIB/M2)	5,0	5,0	5,1
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	3,6	3,8	3,9
Crédito ao sector privado (variação percentual anual)	-4,8	6,3	16,6
Balança de pagamentos			
Balança comercial (percentagem do PIB)	26,7	21,7	22,2
Exportações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	40,8	36,2	36,4
<i>Das quais:</i> Exportações de petróleo e gás (em percentagem do PIB)	38,7	33,5	33,3
Importações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	14,1	14,5	14,2
Termos de troca (variação percentual)	35,6	-27,0	-6,0
Saldo da conta corrente (em percentagem do PIB)	9,6	2,3	3,2
Reservas internacionais brutas (final do período, em milhões de USD)	14.661	13.701	14.034
Reservas internacionais brutas (meses de importações do próximo ano)	7,2	7,1	7,0
Taxa de câmbio			
Taxa de câmbio oficial (média, kwanzas por USD)	462
Taxa de câmbio oficial (final do período, kwanzas por USD)	504
Dívida pública (em percentagem do PIB)			
Dívida (bruta) do sector público ¹	65,2	83,2	75,6
<i>Da qual:</i> Dívida da administração central	60,8	77,1	71,7
Petróleo			
Produção de petróleo e de gás (milhões de barris por dia)	1,250	1,206	1,234
Exportações de petróleo e de gás (em mil milhões de USD)	47,5	32,5	31,5
Preço do petróleo de Angola (média, USD por barril)	100,3	76,7	72,1
Preço do petróleo Brent (média, USD por barril)	99,0	78,4	73,6

Fontes: Autoridades angolanas; e estimativas e projeções da equipa técnica do FMI.

¹ Inclui a dívida da administração central, a dívida externa da empresa petrolífera estatal Sonangol e da companhia aérea estatal TAAG, e a dívida garantida.



ANGOLA

PRIMEIRAS DISCUSSÕES DA AVALIAÇÃO POSTERIOR AO FINANCIAMENTO

31 de julho de 2023

RESUMO EXECUTIVO

Contexto. No seguimento da estabilidade macroeconómica alcançada num contexto especialmente difícil em 2020, a recuperação que teve início em 2021 prosseguiu em 2022 favorecida pelos elevados preços do petróleo. O segundo mandato do Presidente João Lourenço, – iniciado no ano passado – centra-se na promoção da diversificação e do crescimento não petrolífero. Porém, Angola enfrenta desafios significativos em 2023, designadamente o agravamento das perspectivas para os preços do petróleo, a diminuição da produção petrolífera, um contexto externo altamente incerto e a necessidade de reverter a grande flexibilização orçamental do ano passado. Esta última será apoiada pela conclusão integral da reforma dos subsídios aos combustíveis, anunciada pelo governo em 1 de junho de 2023. A capacidade de reembolso de Angola ao FMI é adequada, embora sujeita a riscos elevados. No caso de se materializar um cenário adverso que envolva um choque prolongado dos preços do petróleo, os indicadores de reembolso deteriorar-se-ão, mas permanecerão adequados.

Políticas. A gestão dos riscos requer uma atenção especial ao ajustamento orçamental e aos riscos em matéria de finanças públicas, maiores progressos na estabilização do sector financeiro e esforços acrescidos com vista à diversificação económica.

- **Política orçamental:** A inversão da derrapagem orçamental é fundamental. A plena implementação da reforma planeada dos subsídios aos combustíveis reveste-se de importância crucial. As autoridades devem criar um espaço orçamental adicional através da prossecução de reformas orçamentais estruturais e da introdução de novas medidas de política não fiscal.
- **Sector financeiro:** Para salvaguardar a confiança do mercado e reduzir o risco orçamental contingente, o BNA deve concluir as reformas prudenciais em curso e preparar-se para lidar, de forma decisiva, com os bancos com problemas, se necessário, protegendo simultaneamente os pequenos depositantes. A capacidade financeira e operacional do Fundo de Garantia de Depósitos deve ser reforçada.
- **Crescimento e diversificação:** A curto prazo, as autoridades devem continuar a constituir reservas contra os choques e a desenvolver os seus mecanismos de apoio social. Para que a agenda de diversificação progrida, é necessário continuar a

implementar reformas estruturais (incluindo a agenda de governação) e intensificar a coordenação entre os principais ministérios e as partes interessadas, com vista a finalizar o plano de desenvolvimento nacional para 2023–27. O plano deve ser acompanhado a curto prazo e ser coerente com o quadro orçamental de médio prazo.

Aprovado por
Vitaliy Kramarenko
Stefania Fabrizio

As reuniões presenciais ocorreram em Luanda, de 3 a 12 de maio de 2023, e, virtualmente, de 19 a 21 de julho de 2023. A missão reuniu-se com o Ministro de Estado para a Coordenação Económica, Manuel Nunes Júnior, com a Ministra das Finanças, Vera Esperança dos Santos Daves de Sousa, com o Ministro da Economia e Planeamento, Mário Augusto Caetano João, com os antigos e novos governadores do Banco Nacional de Angola, José de Lima Massano e Manuel Tiago Dias, e com outros altos funcionários. A equipa técnica incluiu o Sr. Sy (chefe), a Sra. Abdelrazek e o Sr. Weiss (ambos do AFR); a Sra. Karlsdottir (MCM), a Sra. Parulian e a Sra. Sin (ambas do SPR), o Sr. Souto (representante residente) e o Sr. Miguel (economista local). O Sr. Essuvi (OEDAE) participou nas principais reuniões de política. A Sra. Avila-Yiptong forneceu apoio de investigação e a Sra. Joseph e a Sra. Tawiah colaboraram na elaboração do presente relatório.

ÍNDICE

CONTEXTO	5
EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS	5
CAPACIDADE DE REEMBOLSO	9
RISCOS E DISCUSSÕES DE POLÍTICA	11
A. Riscos das finanças públicas	11
B. Riscos do sector financeiro	13
C. Riscos para o crescimento	14
D. Cenário adverso ilustrativo	15
AVALIAÇÃO DA EQUIPA TÉCNICO	20
FIGURAS	
1. Indicadores de Alta Frequência Seleccionados, 2017–23	21
2. Evolução Orçamental, 2017–23	22
3. Evolução do Sector Monetário, 2017–23	23
4. Evolução do Sector Externo, 2017–23	24
QUADROS	
1. Principais Indicadores Económicos 2020–27	25
2a. Demonstração Central, 2020–25	26

ANGOLA

2b. Demonstração das Operações da Administração Central, 2020–25	27
2c. Demonstração das Operações da Administração Central, 2020–25	28
2d. Demonstração das Operações da Administração Central, 2020–25	29
3. Contas Monetárias, 2020–25	30
4a. Balança de Pagamentos, 2020–25	31
4b. Balança de Pagamentos, 2020–25	32
5. Dívida Pública, 2020–25	33
6. Indicadores de Estabilidade Financeira, 2015–22	34
7. Necessidades e Fontes de Financiamento Orçamental, 2023–25	35
8. Indicadores de Crédito do FMI, 2021–30	36

ANEXO

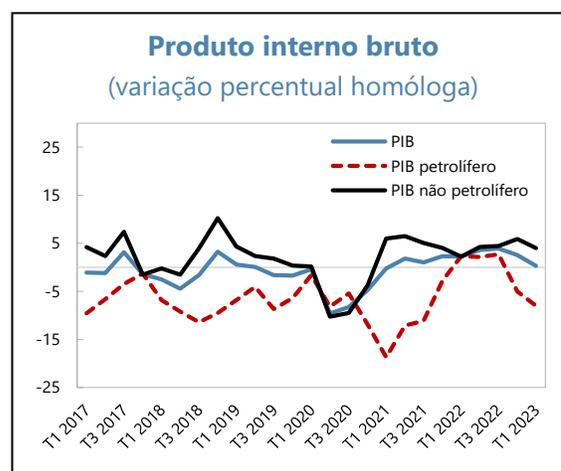
I. Matriz de Avaliação de Riscos	37
----------------------------------	----

CONTEXTO

1. Angola assistiu à retoma do crescimento em 2021–22 num contexto de preços do petróleo mais elevados e de reformas bem-sucedidas. Contudo a fragilidade no sector petrolífero verificada este ano coloca desafios significativos à economia. No ano passado, Angola manteve-se resiliente face aos choques externos e ao ciclo político. No entanto, o relaxamento orçamental em 2022 e a deterioração das perspectivas dos preços do petróleo reduziram as reservas para enfrentar os choques. O Presidente João Lourenço, que ganhou um segundo mandato (com uma maioria muito reduzida) no ano passado, e o seu governo, continuam centrados na agenda de diversificação do país. No primeiro semestre de 2023, a descida dos preços e da produção de petróleo conduziram a uma diminuição das receitas petrolíferas e das exportações, o que resultou numa depreciação significativa da taxa de câmbio nominal no segundo trimestre. Estes desenvolvimentos requerem a prossecução dos esforços de ajustamento das despesas para corrigir a flexibilização orçamental do ano passado. A conclusão integral da reforma dos subsídios aos combustíveis, anunciada pelo governo em 1 de junho de 2023, deverá contribuir para melhorar os saldos orçamentais a médio prazo.

EVOLUÇÃO RECENTE E PERSPECTIVAS

2. O crescimento melhorou em 2022 impulsionado por um forte desempenho do sector não petrolífero e pela recuperação do sector petrolífero. O crescimento aumentou para 3% em 2022, devido ao sector não petrolífero, que ascendeu a 4,2%. Este último foi generalizado e particularmente forte no quarto trimestre (5,9% em termos homólogos). O sector petrolífero recuperou, mas a um ritmo mais lento (0,5% no ano), devido às operações de manutenção temporária no quarto trimestre.



3. No entanto, a contração do sector petrolífero, observada no primeiro semestre de 2023, conduzirá a um crescimento global significativamente mais fraco este ano. A produção de petróleo permaneceu fraca no segundo trimestre de 2023 devido ao prolongamento das operações de manutenção. Consequentemente, o PIB no primeiro trimestre observou uma queda significativa com um crescimento de apenas 0,9% (em comparação com 3,9% no trimestre anterior). Simultaneamente, o sector não petrolífero cresceu 4,0%.

4. O BNA restringiu as condições de liquidez em resposta à depreciação da taxa de câmbio e ao aumento da inflação em junho. A inflação anual atingiu 11,3% em junho em termos homólogos, face a 10,6% em maio, após a remoção parcial dos subsídios aos combustíveis (ver ponto 5) e a acentuada depreciação recente da taxa de câmbio (ver ponto 8). Depois de ter iniciado um ciclo de flexibilização, de setembro de 2022 a março de 2023, o BNA manteve a taxa de juro

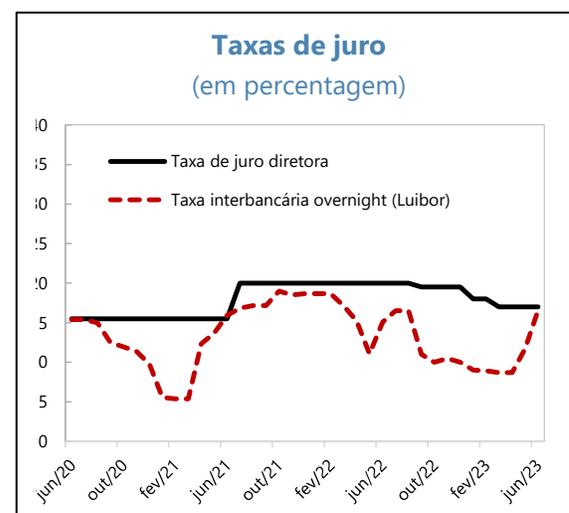
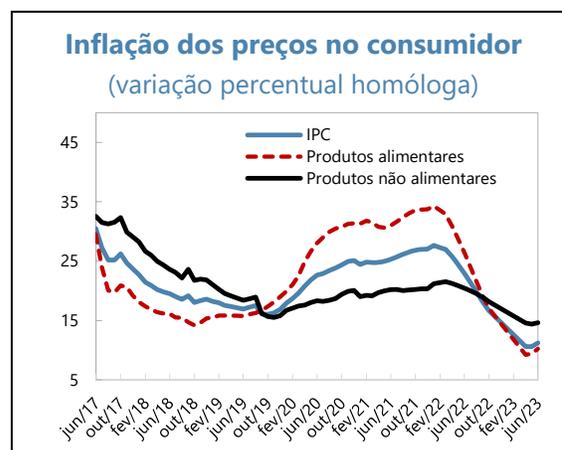
directora, em maio e julho, em 17%. Em julho, o BNA: i) aumentou a taxa da facilidade permanente de cedência de liquidez em 50 p.b., para 17,5%; ii) reviu em alta o intervalo de previsão da taxa de inflação para 2023, de 9–11% para 12–14%; e iii) flexibilizou parcialmente a taxa de custódia aplicada às reservas excedentárias.

Simultaneamente, os dados de junho mostram que a taxa interbancária *overnight* (Luibor) aumentou cerca de 490 p.b. para se ajustar à taxa de juro directora. O alinhamento destas taxas reflecte uma orientação mais restrictiva e é um passo positivo na melhoria da gestão da liquidez, que visa aumentar a eficácia dos instrumentos de política do BNA. Ainda que se antecipe que o impacto inflacionista da remoção dos subsídios aos combustíveis seja mais pronunciado em 2024, é necessário adoptar este ano, uma política monetária mais restrictiva, tendo em conta a forte depreciação recente da taxa de câmbio, que se repercute fortemente na inflação.

5. A flexibilização orçamental em 2022 foi superior ao esperado (ver Quadro do texto).

Em 2022, as receitas do petróleo foram 0,5 pontos percentuais do PIB inferiores ao previsto no momento do Artigo IV, devido à continuação do fraco desempenho da produção até ao quarto trimestre. Os custos dos subsídios aos combustíveis foram significativamente mais elevados do que o antecipado (0,9 pontos percentuais do PIB) devido à alteração do método de mensuração dos preços dos produtos refinados adquiridos pela Sonangol. A ultrapassagem das despesas de capital foi superior ao previsto em 0,5 pontos percentuais do PIB. Por último, as receitas não petrolíferas foram moderadamente mais elevadas que o esperado (0,2 pontos percentuais do PIB). Por sua vez, espera-se que os saldos orçamentais primários globais e não petrolíferos tenham encerrado o ano de 2022 em 0,7% e -8,5% do PIB, respectivamente, o que representa grandes revisões em baixa das estimativas do Artigo IV. Prevê-se que a dívida pública tenha encerrado o ano em 65,2% do PIB, um valor ligeiramente inferior ao previsto no momento do Artigo IV. As receitas não petrolíferas mantiveram o seu desempenho mais favorável do que o previsto no primeiro trimestre, embora as receitas do petróleo tenham continuado, provavelmente, aquém do esperado devido à reduzida produção de petróleo.

6. As autoridades iniciaram a reforma dos subsídios aos combustíveis. Em 1 de junho de 2023, o governo anunciou i) um aumento de 88% do preço da gasolina, o que representa uma redução de cerca de metade do subsídio para este produto, com efeitos a partir de 2 de junho; ii) a remoção gradual, ao longo de 2024–25, do resto do subsídio à gasolina, dos subsídios ao



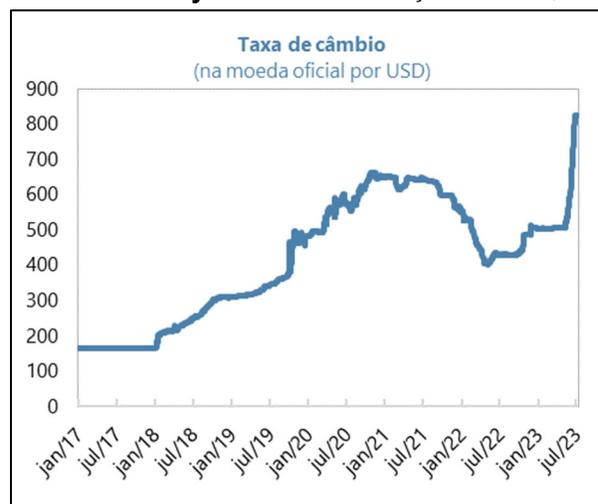
gasóleo e dos combustíveis para iluminação; e iii) a manutenção dos subsídios ao combustível para cozinhar (uma percentagem relativamente pequena do total dos subsídios aos combustíveis). As autoridades anunciaram igualmente uma série de medidas de mitigação destinadas a apoiar as pessoas afectadas pelo aumento dos preços dos combustíveis, incluindo no caso das empresas, medidas de apoio aos sectores da agricultura e das pescas e aos operadores de transporte de mercadorias; e subsídios aos operadores de táxis e mototáxis; e, no caso das famílias, o reforço do programa de transferências sociais Kwenda, a redução do imposto sobre o rendimento das pessoas singulares e dos subsídios aos transportes públicos.

7. Verificaram-se progressos consideráveis na melhoria das estatísticas das finanças públicas. As autoridades estão em vias de aprovar, com a assistência técnica do FMI, a apresentação dos dados orçamentais nos termos do Manual de Estatísticas das Finanças Públicas (GFSM, na sigla em inglês) de 2014, o que contribuirá para melhorar a eficácia e a transparência orçamentais. Prevê-se a conclusão e a divulgação das séries históricas no terceiro trimestre de 2023¹.

8. Os saldos externos mantiveram-se sólidos no final de 2022, impulsionados pelas fortes exportações de petróleo e gás. Estas cresceram 49% em termos homólogos, apesar do encerramento temporário de alguns poços de petróleo, o que levou a um excedente da balança corrente de 9,6% do PIB. As importações aumentaram 46% em termos homólogos em 2022, impulsionadas pelo aumento das importações de combustíveis e de produtos alimentares. Os dados do comércio relativos ao primeiro trimestre de 2023 revelam uma diminuição de 35% das exportações em termos homólogos, devido ao petróleo; as importações aumentaram, porém a um ritmo mais moderado.

9. O kwanza tem-se mantido estável desde dezembro de 2022, antes de registar uma depreciação superior a 38%, entre meados de maio e finais de junho². Esta situação reflecte,

sobretudo, uma diminuição da oferta de divisas provenientes das exportações e das receitas do petróleo (especialmente a partir de março) e do aumento das amortizações da dívida externa, devido ao fim da moratória sobre o serviço da dívida. No final de 2022, as reservas internacionais situavam-se em 14,6 mil milhões de dólares dos Estados Unidos, o equivalente a 7,2 meses de importações, e permaneceram, em geral, estáveis até meados de junho, altura em que diminuíram mais de mil milhões de dólares em comparação com o final de 2022, em parte devido à intervenção no mercado cambial. Apesar



¹ Os dados e as projecções orçamentais citados no presente relatório, continuam alinhados com a metodologia anterior (GFSM 1986), uma vez que a revisão completa das séries históricas ainda não está disponível. É provável que a série mude para o GFSM 2014 para a consulta ao abrigo do Artigo IV de 2023, planeada para o final de 2023.

² Até 30 de junho.

desta situação, prevê-se que a cobertura das reservas internacionais brutas (RIB) em 2023 permaneça adequada e equivalente a 7 meses de importações.

10. **Perspectivas:**

- **No cenário de base, o crescimento deverá abrandar em 2023 e estabilizar em cerca de 3,4% a médio prazo.** As perspectivas a curto prazo reflectem, principalmente, a queda da produção petrolífera e a descida dos preços do petróleo, observadas neste período, ao passo que as perspectivas a médio prazo são apoiadas pelos planos das autoridades de avançarem com as reformas estruturais de promoção da diversificação. A inflação anual deve aumentar temporariamente na sequência da depreciação da taxa de câmbio nominal em 2023 e da prossecução da reforma dos subsídios aos combustíveis em 2024, devendo abrandar posteriormente. O cenário de base da equipa técnica aponta para uma redução gradual, a médio prazo, do défice orçamental primário não petrolífero e do rácio da dívida, sendo provável que os objectivos da lei orçamental sejam atingidos a médio prazo, graças às poupanças derivadas da reforma dos subsídios aos combustíveis e à contenção das despesas noutras áreas. Espera-se que a balança corrente se deteriore em 2023 devido ao enfraquecimento do sector petrolífero, mas deverá manter-se excedentária, ao passo que as RIB deverão diminuir em 2023/24 e manter-se globalmente estáveis posteriormente. A médio prazo, prevê-se que o excedente da balança corrente se mantenha moderado, reflectindo principalmente exportações de petróleo relativamente inferiores.
- **Os riscos permanecem orientados no sentido descendente.** O principal risco está relacionado com as potenciais fragilidades do sector petrolífero, nomeadamente, uma descida dos preços do petróleo superior ao esperado ou a continuação da fragilidade da produção de petróleo. Uma queda mais significativa dos preços do petróleo ou da sua produção do que o verificado este ano poderá ter impactos adversos na economia (ver ponto 27), embora a manutenção de uma taxa de câmbio flexível, que, em Angola, geralmente se deprecia quando os preços do petróleo descem, poderá impulsionar as receitas do petróleo denominadas em kwanzas, proporcionando uma certa cobertura face a este risco. Os efeitos de segunda ordem da reforma dos subsídios aos combustíveis e uma depreciação da taxa de câmbio mais forte do que o esperado (como a observada em junho de 2023) poderão dar origem a novas pressões inflacionistas. Outros riscos incluem a incapacidade de inverter significativamente a flexibilização orçamental de 2022 no curto prazo; a dificuldade em implementar plenamente a restante reforma planeada dos subsídios aos combustíveis em 2024-25; a materialização dos riscos para o sector financeiro; e o regresso de condições meteorológicas adversas que afectem negativamente o sector não petrolífero, nomeadamente o sector agrícola. Os riscos para o cenário de base em sentido ascendente incluem uma queda dos preços do petróleo inferior ao esperado.

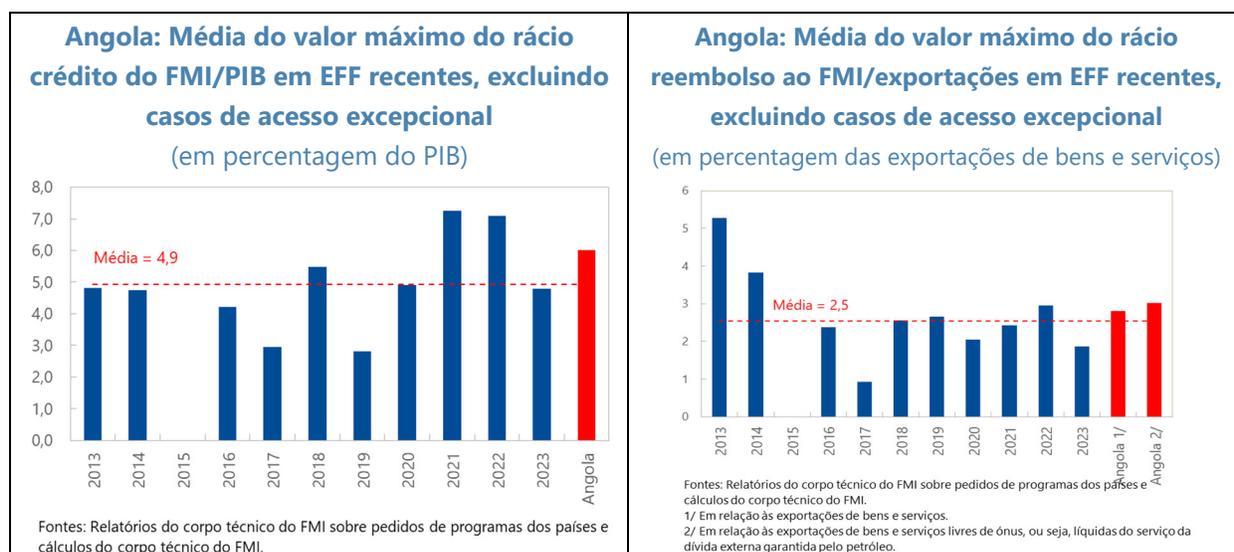
11. Opinião das autoridades: As autoridades concordaram globalmente com as opiniões da equipa técnica no que se refere ao crescimento a médio prazo, em particular do sector não petrolífero, no qual as autoridades antecipam a obtenção de dividendos com a materialização das medidas de diversificação. Verificaram-se pequenas divergências quanto às projecções do petróleo.

O BNA reviu as suas previsões da inflação para 2023, de 9–11% para 12–14%, e adoptou uma orientação mais restritiva; e prevê uma trajetória inflacionista inferior à da equipa técnica a médio prazo (um dígito), assente nos seus esforços contínuos para estabilizar os preços, embora reconheça as pressões inflacionistas e os riscos evidenciados pela equipa técnica. Dada a recente volatilidade no mercado cambial, o BNA interveio, sobretudo para compensar os atrasos nas necessidades cambiais, acompanhando de perto a procura de moeda estrangeira. O BNA reiterou que, no futuro, minimizará o recurso à intervenções.

CAPACIDADE DE REEMBOLSO

12. A capacidade de Angola para reembolsar o FMI é adequada no cenário de base.

O montante total do saldo em dívida ao FMI era de 3,2 mil milhões de DSE (434% da quota ou 29% das reservas internacionais brutas) no final de 2022. Em percentagem do PIB, o crédito em dívida atingiu um máximo de 6% em 2021, acima da média dos programas de Financiamento Alargado (EFF, na sigla em inglês) recentemente aprovados desde 2013 (4,9%). Apesar de se projectar que os reembolsos ao FMI aumentem a médio prazo, deverão atingir um máximo de 6,5% das RIB em 2026, 11% do serviço da dívida externa e 2,8% das exportações (Quadro 8), globalmente em linha com os programas EFF recentemente aprovados.



13. O principal risco para a capacidade de reembolso de Angola é a vulnerabilidade das finanças públicas. O orçamento de 2023 prevê um ajustamento modesto este ano, mas não corrige totalmente a flexibilização de 2022, que foi superior ao previsto aquando da consulta ao abrigo do Artigo IV de dezembro de 2022. No entanto, a implementação integral da reforma dos subsídios aos combustíveis até 2025, tal como previsto (e como actualmente assumido no cenário de base), representa a materialização de um risco significativo em sentido ascendente para as perspectivas desde o Artigo IV, e aumenta as reservas de Angola para choques a partir de 2024. A não implementação plena da reforma dos subsídios, como planeado, reduz as reservas para choques (ver ponto 15 e Figura do texto), mas a capacidade de reembolso continuará a ser adequada. As necessidades brutas de financiamento (NBF) estão sob controlo a médio prazo, prevendo-se que as

metas orçamentais de Angola sejam alcançadas³. Porém, a materialização de choques significativos poderá ainda enfraquecer a capacidade de reembolso de Angola (ver ponto 27), assim como a ocorrência de novas derrapagens orçamentais. A capacidade de reembolso manter-se-á adequada num cenário adverso⁴, embora sejam provavelmente necessárias políticas orçamentais mais activas, tal como referido no ponto 18, em especial se a reforma dos subsídios aos combustíveis não for integralmente implementada conforme planeado.

- **Outros riscos incluem choques para o sector financeiro e o crescimento.** A continuação dos atrasos na reestruturação ou resolução/liquidação profunda de um banco com perdas sistémicas pode afectar negativamente a confiança do mercado e aumentar significativamente o risco orçamental contingente acumulado. Os riscos para o crescimento decorrem i) da persistência de fragilidades no sector petrolífero; ii) da volatilidade significativa do mercado cambial (como se verificou em junho de 2023), que pode ter um impacto considerável na inflação e, em certa medida, na solidez financeira dos bancos com grandes posições abertas em divisas; iii) de potenciais atrasos nos planos de diversificação e de reformas estruturais das autoridades (incluindo questões de governação); e iv) de um choque relacionado com o clima que afecte negativamente o sector agrícola.

14. Considera-se que a posição externa de Angola em 2022 é mais forte do que o nível implícito nos fundamentos e nas políticas desejáveis, mas esta avaliação está sujeita a uma incerteza substancial decorrente dos riscos inerentes a um país com um elevado grau de dependência do petróleo⁵. A posição de investimento internacional líquida (PIIL) de Angola situou-se em -18% do PIB no final de 2022, com os passivos externos a ascenderem a 58% do PIB, face a mais de 104% do PIB no ano anterior. Espera-se que a PIIL melhore a médio prazo, em consonância com a diminuição projectada do rácio dívida externa/PIB. Estima-se, igualmente, que as reservas cambiais de Angola se mantenham num nível adequado a médio prazo.

15. Os riscos para a capacidade de reembolso de Angola estão contidos e são controláveis. A posição confortável da cobertura das reservas de Angola e a manutenção de uma taxa de câmbio flexível funcionam como amortecedores de choques. Os riscos de refinanciamento da dívida externa são mitigados pelo acesso de Angola ao financiamento dos parceiros de desenvolvimento e pelas perspectivas positivas de novas emissões de Eurobonds. A resiliência de Angola ao choque dos preços do petróleo durante a pandemia, o seu sólido historial de implementação de reformas no âmbito do acordo EFF 2018–21, a sua capacidade comprovada de ajustamento das políticas face a choques e o seu forte histórico de reembolso ao FMI sugerem que os riscos de reembolso ao FMI estão contidos e são controláveis. Caso se materializem riscos em sentido descendente, as necessidades de financiamento poderão aumentar (ver ponto 27), mas espera-se que se mantenham controláveis.

³ A Lei da Sustentabilidade Orçamental estabelece metas a médio prazo para a dívida e o défice primário não petrolífero de 60% e 5% do PIB, respetivamente.

⁴ No cenário adverso, pressupõe-se uma implementação plena da reforma dos subsídios aos combustíveis.

⁵ Relatório da Equipa Técnica ao abrigo do Artigo IV de Angola de 2022, Anexo II.

RISCOS E DISCUSSÕES DE POLÍTICA

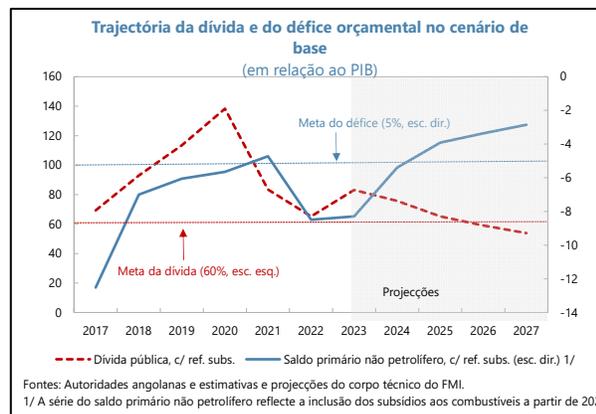
As discussões sobre a avaliação posterior ao financiamento centraram-se nos riscos das finanças públicas, do sector financeiro e do crescimento e abrangeram um cenário adverso.

A. Riscos das finanças públicas

16. Embora as perspectivas orçamentais a curto prazo se tenham deteriorado desde as consultas no âmbito do Artigo IV, a implementação plena da reforma dos subsídios permitirá que, as autoridades alcancem as suas metas orçamentais a médio prazo previstas no cenário de base. Uma

deterioração das perspectivas para os preços e a produção do petróleo, o aumento em 2022–23 dos custos dos subsídios aos combustíveis face ao previsto e os pagamentos de juros mais elevados, devido a condições a nível mundial, diminuem as reservas para fazer face aos choques este ano. Em relação ao Artigo IV, as projecções das receitas do petróleo para 2023 foram revistas ligeiramente em sentido ascendente (devido ao impacto da depreciação), ao passo que os custos dos subsídios aos combustíveis foram revistos significativamente em sentido ascendente (não obstante os preços mais baixos do petróleo e a redução dos subsídios à gasolina), tal como os pagamentos de juros (Tabela do texto)⁶. As projecções das receitas não petrolíferas foram revistas em alta,

em parte devido a um desempenho melhor do que o esperado em 2022 e no primeiro trimestre de 2023. Tal resulta numa deterioração projectada do saldo global para -2,1% do PIB em 2023 e numa melhoria modesta do défice orçamental primário não petrolífero (DOPNP) para 8,3% do PIB. Por sua vez, o rácio da dívida deverá aumentar para 83,2% do PIB este ano, impulsionado por 1) uma taxa de câmbio mais fraca (dada a grande componente cambial da dívida pública), tendo em conta a depreciação ocorrida no final de maio e junho; 2) um diferencial entre taxa de juro-crescimento menos favorável; 3) um impulso relativamente menor à redução da dívida resultante do excedente primário (revisto em



Revisões orçamentais, 2022–23 (em percentagem do PIB)				
	2022		2023	
	Artigo IV	Est.	Artigo IV	Proj.
Receitas	23.5	23.2	21.2	21.8
Impostos petrolíferos	14.1	13.6	11.4	11.8
Impostos e outras receitas não petrolíferos	8.7	8.9	9.3	9.6
Outras receitas	0.7	0.7	0.5	0.5
Despesas	21.8	22.5	21.6	23.9
Salários	4.3	4.2	4.5	4.4
Bens e serviços	3.8	3.6	4.6	4.5
Pagamentos de juros	4.4	4.0	4.1	5.2
Subsídios	2.7	3.6	2.4	3.9
Transferências e outras despesas correntes	1.0	1.0	1.0	1.0
Despesas de capital	5.6	6.1	4.9	4.9
Saldo orçamental global	1.7	0.7	-0.4	-2.1
Saldo orçamental primário global	6.1	4.7	3.8	3.1
Saldo orçamental primário não petrolífero	-7.6	-8.5	-7.2	-8.3

Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

⁶ Prevê-se que os subsídios aos combustíveis permaneçam elevados em 2023, uma vez que os subsídios à gasolina representam uma percentagem relativamente pequena do custo total dos subsídios (estimados cerca de 23% em 2022) e apenas cerca de metade do subsídio será suprimida durante os últimos sete meses de 2023. Não se prevêem poupanças líquidas significativas da reforma dos subsídios até 2024, altura em que se espera que as autoridades reduzam ainda mais os subsídios à gasolina e comecem a diminuir os subsídios ao gasóleo (que representavam cerca de dois terços dos custos totais dos subsídios em 2022).

sentido descendente). A médio prazo, prevê-se que o DOPNP diminua progressivamente com base na melhoria modesta das receitas não petrolíferas, na redução moderada das despesas correntes e de capital e, a partir de 2024, nas poupanças significativas resultantes da reforma dos subsídios aos combustíveis. O decreto que impõe a reforma parcial dos subsídios em 2023 também se compromete a eliminar a maioria dos restantes subsídios até 2025 (embora sem especificar publicamente as medidas planeadas), o que, por seu lado, foi previsto no cenário de base. Por sua vez, o rácio da dívida também deverá diminuir de forma constante a partir de 2024, graças à manutenção do excedente primário e à melhoria das perspectivas de crescimento (Figura do texto). Estas metas jurídicas atingirão os seus limiares em 2024 e 2026, respectivamente. Todavia, a não implementação plena do restante programa de reforma dos subsídios aos combustíveis a partir de 2024, tal como definido pelo governo, implicará uma trajetória de ajustamento muito mais gradual e amortecedores muito menores contra choques (Figura do texto). A dependência de Angola do petróleo e a elevada percentagem de dívida externa continuam a representar riscos orçamentais.

17. O financiamento orçamental parece ser controlável no cenário de base. O cenário de base projecta um aumento temporário das NBF em 2023 devido aos grandes pagamentos antecipados da dívida externa efectuados este ano. Pressupõe a continuação bem-sucedida da emissão de dívida interna a mais longo prazo, em 2023 e posteriormente; a materialização do apoio orçamental planeado do Banco Mundial em 2023–24, e a não necessidade de emissão de Eurobonds em 2023–24. O cenário de base, pressupõe que os prazos de vencimento da dívida interna para os novos empréstimos em 2023–24 se mantenham alinhados com os de 2022 e que as taxas de juro internas evoluam a par da inflação. Partindo destes pressupostos, as NBF continuam a ser controláveis a médio prazo, embora aumentem moderadamente num contexto de prazos de vencimento elevados das Eurobonds em 2028–29.

18. Políticas de mitigação dos

riscos: Dado que as perspectivas orçamentais a curto prazo se agravaram desde as consultas ao abrigo do Artigo IV, seria útil considerar a racionalização das despesas, especialmente em 2023.

Recomenda-se, igualmente, às autoridades, a criação de espaço orçamental adicional através da adoção de medidas de política fiscal não petrolífera, incluindo a redução do limiar do IVA, a redução dos escalões do IRS e o desenvolvimento de um registo predial e de um novo imposto predial, bem como de medidas orçamentais estruturais identificadas no decurso do recente Artigo IV, nomeadamente as relacionadas com a administração tributária, a gestão das finanças públicas e o controlo das despesas de capital, a reforma e a privatização das empresas públicas e a adjudicação de contratos públicos – em especial, a implementação integral das recomendações do diagnóstico da avaliação da gestão do investimento público (PIMA, na sigla em inglês)⁷. Realizaram-se progressos assinaláveis no desenvolvimento de um quadro orçamental de médio prazo, mas as autoridades têm de acompanhar a sua conclusão e publicação, em particular no contexto da grande

Ganhos estimados com as medidas de política fiscal propostas (em percentagem do PIB)				
	Total	Ano 1	Ano 2	Ano 3
Total	0,9	0,5	0,2	0,2
Redução dos limiares do IVA	0,3	0,1	0,1	0,1
Escalões mais baixos do IRS	0,5	0,4	0,1	0,1
Registo predial/imposto predial	0,1	0,0	0,1	0,1
Fontes: Fenochietto R., Santos P.C., Chaves A. (2020).				

⁷ Para uma discussão mais aprofundada sobre a agenda estrutural orçamental, ver o ponto 15 do Relatório da Equipa Técnica ao Abrigo do Artigo IV de 2022.

derrapagem orçamental de 2022 relativamente ao orçamento planeado. As autoridades devem prosseguir com a estratégia de constituição de reservas de tesouraria. Devem, igualmente, continuar a trabalhar no sentido de identificar e liquidar totalmente os atrasados remanescentes, nomeadamente através de uma auditoria aos atrasados recentemente reconhecidos, que continuam a representar um risco orçamental. A prossecução dos esforços pró-activos de gestão da dívida também ajudará a mitigar os riscos, nomeadamente, através da prorrogação dos prazos de vencimento da dívida e do pagamento antecipado da dívida externa, sempre que apropriado.

19. Opinião das autoridades: As autoridades reiteraram o seu compromisso relativamente às metas estabelecidas na Lei da Sustentabilidade Orçamental. Consideraram estas metas como âncoras da política orçamental e reconheceram a necessidade de ajustamento orçamental na sequência da derrapagem observada no ano passado. A sua ênfase no aumento das receitas reside na expansão da base tributária através de reformas estruturais e administrativas contínuas, incluindo os esforços em curso relativos às melhorias da digitalização e do registo predial. Não se prevê a adopção de medidas de política tributária. No contexto da reforma em curso dos subsídios aos combustíveis, as autoridades reconheceram a importância de medidas de mitigação para as pessoas mais vulneráveis. Adicionalmente, referiram que a racionalização das despesas correntes e de capital está a ser considerada em 2023, especialmente à luz da forte depreciação registada no final de maio e em junho. As autoridades salientaram que os esforços contínuos para desenvolver ainda mais os mercados de dívida interna e obter financiamento externo em condições concessionais são positivos para as perspectivas de financiamento a curto e médio prazo, tendo sublinhado também os esforços no sentido da melhoria dos mecanismos de gestão de tesouraria.

B. Riscos do sector financeiro

20. As vulnerabilidades no sector bancário têm de ser cuidadosamente acompanhadas e abordadas. Os fundos próprios regulamentares comunicados aumentaram de 23,8% para 28,4% no ano passado, na sequência de injeções de capital no quarto trimestre. Dois bancos em dificuldades de importância sistémica (16% dos activos do sistema bancário) estão a ser objecto de reestruturação e dependem fortemente da complacência regulamentar, o que faz com que os fundos próprios do sector bancário estejam sobreavaliados. Os créditos não produtivos diminuíram oito pontos percentuais em dezembro de 2022 para 14,4%, devido a grandes amortizações da dívida. A recente depreciação do kwanza agravou as perdas em alguns bancos com grandes posições cambiais abertas líquidas (NOP, na sigla em inglês) negativas, o que exigirá a atenção do BNA, em particular se for necessário um aumento de capital. O risco de crédito parece estar mais contido devido à dimensão relativamente reduzida das carteiras de empréstimos (que representam 20% dos activos do sistema bancário), às restrições aos empréstimos em moeda estrangeira e às elevadas provisões para perdas com empréstimos. Uma vez que as obrigações do Tesouro representam 26% dos activos do sistema, a solidez financeira dos bancos e da dívida soberana está fortemente relacionada.

21. A reestruturação dos bancos continua a enfrentar desafios significativos. A recente volatilidade cambial atrasou a reestruturação de um banco estatal de importância sistémica devido à sua elevada NOP. Um banco de importância sistémica de menor dimensão (6% dos activos do sistema

bancário), que está em processo de reestruturação desde 2014, não conseguiu monetizar os activos não remunerados (70% do total de activos) e recebeu uma injeção de capital não em numerário (através de operações de recapitalização interna voluntária de grandes depositantes), pelo que continua com os seus problemas de liquidez e de rentabilidade por resolver. Os accionistas dos bancos não estão dispostos a injectar mais capital e as autoridades excluíram publicamente a possibilidade de apoio orçamental. Por conseguinte, é necessária uma reestruturação ou resolução rápida e profunda para evitar a acumulação de mais perdas operacionais, nomeadamente decorrentes da volatilidade cambial.

22. Políticas de mitigação dos riscos: O esforço em curso do BNA para operacionalizar e implementar a reforma da lei bancária de 2021 está a alinhar a supervisão prudencial de Angola com as normas internacionais. A missão aconselhou o BNA a reforçar as suas funções de supervisão do risco cambial e a aplicar limites prudenciais às NOP. O BNA deve também adoptar uma abordagem mais abrangente da reestruturação bancária, com base em análises de viabilidade sólidas, e deverá preparar-se para a resolução ou a liquidação definitiva dos bancos com problemas, se necessário, protegendo simultaneamente apenas os pequenos depositantes. Para o efeito, o novo quadro de resolução deve ser plenamente operacionalizado e deve assegurar-se a adequação da protecção jurídica dos funcionários do BNA. Para reforçar a confiança do público, o Fundo de Garantia de Depósitos (FGD) deve ser dotado de um mecanismo de financiamento de apoio orçamental dedicado e previamente acordado, sujeito a salvaguardas robustas e ao recurso a recuperações de activos dos bancos em situação de insolvência e/ou a taxas do sector. O FGD deve melhorar a sua capacidade operacional para reembolsar rapidamente os depósitos garantidos e rever a sua política de investimento para fazer face ao risco cambial.

23. Opinião das autoridades: As autoridades concordaram, em grande medida, com o teor geral das recomendações da equipa técnica. O BNA assinalou as melhorias no seu processo de avaliação para fins de supervisão bancária – introduzindo testes de esforço do topo para a base ao processo de 2022–23. Além disso, transmitiu novas instruções aos bancos com o objectivo de melhorar a gestão de risco e governação corporativa, bem como aumentar os fundos próprios de alguns bancos. O BNA registou igualmente progressos na operacionalização do novo quadro de resolução bancária, incluindo o planeamento da resolução para bancos de maior risco. O FGD manifestou a sua intenção de redefinir as prioridades do seu trabalho em conformidade com as recomendações da equipa técnica e o Ministério das Finanças tomou devida nota do parecer da equipa técnica sobre um mecanismo de apoio orçamental para o FGD.

C. Riscos para o crescimento

24. A economia angolana continua fortemente dependente do sector petrolífero, com o petróleo a representar 90% das exportações e 27% do PIB. A produção petrolífera coloca riscos para o crescimento devido i) ao envelhecimento dos campos petrolíferos; ii) à incerteza quanto aos preços internacionais e, conseqüentemente, aos investimentos; e iii), a mais longo prazo, à transição antecipada a nível mundial para fontes de energia não petrolíferas.

25. O crescimento está também exposto a choques climáticos. Os choques climáticos constituem uma incerteza e riscos significativos para o sector não petrolífero, em especial para os

sectores da agricultura e das pescas, bem como para os planos de diversificação das autoridades. É provável que as alterações climáticas conduzam a uma menor duração das épocas das chuvas, a uma maior volatilidade da precipitação e a condições mais secas no sul. Por sua vez, tal poderá afectar negativamente os sectores da agricultura, das pescas e da energia hidroeléctrica.

26. Políticas de mitigação de riscos: A curto prazo, a missão aconselhou as autoridades a reconstituir e manter as reservas internas e externas no curto prazo e a continuar a desenvolver mecanismos de apoio social (como o Kwenda). A médio prazo, será essencial continuar a avançar com a agenda de diversificação das autoridades, incluindo as reformas estruturais e ecológicas, para criar resiliência económica e reduzir a dependência do petróleo. A missão discutiu com as autoridades a situação do Plano de Desenvolvimento Nacional (PDN) para 2023–27. O PDN não foi concluído, mas registaram-se progressos desde a consulta ao abrigo do Artigo IV. As autoridades apresentaram um projecto do PDN, que deve centrar-se, sobretudo, no acompanhamento atempado dos resultados, e que será discutido em mais pormenor durante a consulta ao abrigo do Artigo IV de 2023. Entretanto, a Estratégia Angola 2050 foi aprovada em julho de 2023 pelo Conselho de Ministros, reflectindo a estratégia de desenvolvimento de longo prazo do país. A missão discutiu também os progressos alcançados na preparação de uma obrigação sustentável ASG (ambiental, social e de governação), a ser emitida, possivelmente, em 2023⁸. Realizaram-se alguns progressos na redução da corrupção e na melhoria da eficácia do governo, bem como no quadro de CBC/FT. Tal inclui a lei de CBC/FT, recentemente aprovada com a assistência do FMI, bem como diversas reformas da governação orçamental⁹. Porém, são necessários mais progressos, nomeadamente em termos de transparência das informações sobre os beneficiários efectivos (por exemplo, nos contratos públicos adjudicados) e dos esforços de recuperação de activos. Foi, entretanto, concluída uma avaliação de CBC/FT em conjunto com o Grupo Anti-branqueamento de Capitais da África Oriental e Austral (GABCAOA), devendo as autoridades abordar prontamente as deficiências identificadas no relatório de avaliação mútua.

27. Opinião das autoridades: As autoridades reconheceram a necessidade crítica de impulsionar o crescimento do sector não petrolífero, dada a volatilidade acrescida dos preços internacionais do petróleo no curto prazo e a sua tendência descendente a mais longo prazo. Salientaram as medidas firmes e difíceis que foram tomadas desde 2018 em matéria de gestão das finanças públicas, do quadro de política monetária e cambial e da estabilidade do sector bancário e financeiro, bem como a necessidade de prosseguir com este ritmo de reformas no próximo PDN de 2023–27.

D. Cenário adverso ilustrativo

28. Num cenário adverso, em que Angola enfrenta uma queda prolongada dos preços e da produção de petróleo, os riscos aumentarão. No entanto, existem outros factores que mitigam parcialmente estes riscos e ajudam a preservar a capacidade de reembolso do país. As margens de reservas manter-se-ão adequadas e as necessidades brutas de financiamento permanecem controláveis. A equipa técnica prevê um cenário adverso de diminuição acentuada dos preços do

⁸ Para uma discussão mais aprofundada sobre as políticas relacionadas com o clima, ver o Relatório da Equipa Técnica ao abrigo do Artigo IV de Angola de 2022, Anexo I.

⁹ Para uma discussão mais aprofundada sobre as reformas da governação orçamental, ver o Relatório da Equipa Técnica ao abrigo do Artigo IV de Angola de 2022 (pontos 15 e 17).

petróleo e a sua manutenção num nível mais baixo durante um período prolongado (Quadro 3 do texto): em 2023, o preço do petróleo Brent diminui cerca de 40% em relação a 2022 (23% do actual cenário de base de 2023), para 60 dólares por barril¹⁰. Tal conduz, por sua vez, a 1) uma forte contracção paralela da produção de petróleo, com repercussões no crescimento não petrolífero; e a 2) uma redução da oferta de moeda estrangeira que conduz a uma forte depreciação da taxa de câmbio efectiva real (TCER), com uma elevada componente de depreciação da taxa de câmbio nominal repercutida na inflação. Pressupõe-se que o choque tenha uma duração de três anos, reflectindo a natureza dos choques dos preços do petróleo nas últimas décadas e, em particular, o período prolongado de baixos preços observado em 2015–19¹¹. Em 2026, o preço do petróleo regressa ao valor do cenário de base actual; a taxa de câmbio nominal regista uma ligeira apreciação, a par da subida dos preços do petróleo e da recuperação parcial da produção de petróleo, mas, em média, para um nível mais fraco do que no cenário de base. Ao mesmo tempo, a inflação diminui gradualmente, mas mantém-se num nível superior ao previsto no cenário de base a médio prazo.

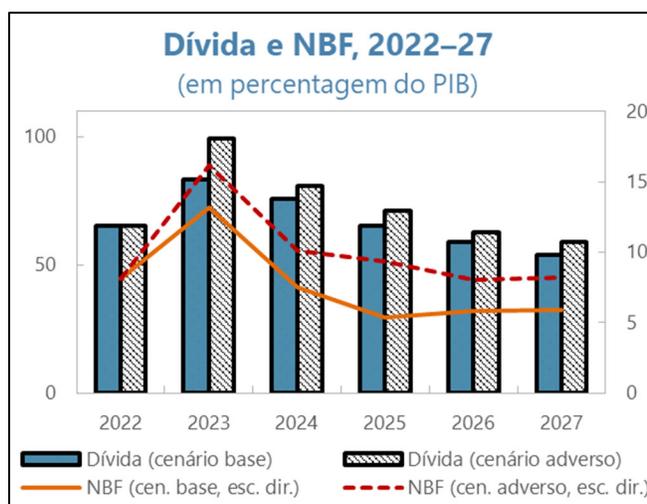
- **Sector real:** A grande contracção da produção de petróleo (uma diminuição média anual de 9,0% entre 2023–25) tem repercussões no sector não petrolífero, conduzindo a uma contracção do crescimento do PIB total (uma média anual de 1,5%) entre 2023–25. A persistência de preços do petróleo moderados em 2024 e 2025 deverá impulsionar uma redução adicional da produção de petróleo, mantendo o nível de produção abaixo do cenário de base a médio prazo (com o nível de 2026 ainda muito abaixo do de 2022). Entretanto, o crescimento não petrolífero recuperará muito gradualmente e, em 2026, permanecerá abaixo da sua taxa de crescimento de 2022. A inflação aumentará significativamente durante este período, especialmente em 2024, reflectindo principalmente i) o aumento das pressões de depreciação, que se somam ii) ao impacto da supressão das reformas dos subsídios aos combustíveis.
- **Sector externo:** Reflectindo a diminuição dos preços e da produção de petróleo, a balança corrente deverá entrar em défice em 2023. Subsequentemente, recuperará para um excedente modesto em 2026, em linha com a recuperação dos preços do petróleo e impulsionada pela redução das importações em relação ao cenário de base, devido à depreciação da taxa de câmbio. As pressões sobre a conta financeira serão parcialmente compensadas por menores saídas de IDE e créditos comerciais inferiores (registados como saídas da conta financeira), que, em geral, diminuem à medida que o preço do petróleo desce. Projecta-se que as reservas internacionais diminuam para um valor inferior a 12 mil milhões de dólares até ao final de 2023 ou para 104% da métrica da avaliação da adequação das reservas (ARA, na sigla em inglês) num regime flutuante, o que se situa dentro de um intervalo considerado adequado. As RIB continuarão a descer para cerca de 100% da métrica ARA em 2026 e a cobertura das importações continuará a ser adequada. A capacidade de reembolso de Angola permanecerá suficiente, uma vez que os reembolsos ao FMI

¹⁰ Este choque do preço do petróleo está em linha com os três episódios anteriores de choques petrolíferos verificados entre 2008 e 2020.

¹¹ Um choque de um ano, seguido de uma recuperação dos preços do petróleo no cenário de base em 2024, resulta num cenário adverso muito mais moderado do que o considerado neste cenário. Dada a natureza historicamente mais longa dos choques, a equipa técnica considerou um cenário de três anos.

continuarão controláveis, situando-se em 8,3% das RIB, 11,2% do serviço da dívida externa e 3,3% das exportações, quando atingirem um máximo em 2026.

- Sector fiscal:** Os saldos globais deteriorar-se-ão significativamente em 2023, visto que se projecta que as receitas petrolíferas sejam 2,3 pontos percentuais do PIB mais baixas do que no cenário de base em 2023. Verifica-se algum efeito de compensação decorrente de menores subsídios aos combustíveis (com preços do petróleo mais baixos) e das despesas de capital em percentagem do PIB (devido a um maior denominador), ao passo que as outras despesas correntes aumentarão devido aos pagamentos de juros mais elevados em 2025–26. Por sua vez, o rácio da dívida aumentará para 99,5% do PIB em 2023 (devido à maior depreciação da taxa de câmbio nominal e à contracção do produto no cenário adverso em comparação com o cenário de base); e as necessidades brutas de financiamento serão quase 3,5 pontos percentuais do PIB mais elevadas. O défice primário não petrolífero melhorará em relação ao cenário de base, dado que estará protegido das receitas do petróleo e dos custos dos juros mais elevados e beneficiará do facto das despesas de capital e algumas despesas correntes



permanecerem estáveis, em termos nominais. O saldo global recuperará em 2026, em linha com os preços e a produção de petróleo e, conseqüentemente, com o crescimento global. Por sua vez, o rácio da dívida diminuirá graças i) a uma recuperação do crescimento; ii) ao saldo primário global mais elevado, na sequência do aumento das receitas do petróleo em kwanzas e do impacto positivo das reformas dos subsídios; e iii) à continuação dos reembolsos planeados da dívida externa, permitindo a redução da dívida denominada em moeda estrangeira e, conseqüentemente, a exposição à depreciação da taxa de câmbio. O pressuposto de uma taxa de câmbio flexível é fundamental para esta recuperação, uma vez que uma forte depreciação apoia as receitas do petróleo denominadas em kwanzas. No entanto, as NBF permanecerão elevadas em relação ao cenário de base (este cenário pressupõe que Angola mantém o acesso ao mercado, em consonância com episódios anteriores semelhantes). Este cenário também pressupõe a continuação da reforma dos subsídios aos combustíveis no período 2024–25, tal como no cenário de base; uma interrupção deste processo reduziria significativamente as reservas contra este choque.

- Sector financeiro:** No cenário adverso, espera-se os créditos não produtivos e os custos de financiamento aumentem, fragilizando os balanços dos bancos e a sua capacidade para apoiar o crescimento. O risco é parcialmente mitigado pelas carteiras de crédito relativamente reduzidas dos bancos e pelo pressuposto do cenário de base de um baixo crescimento do crédito, bem como pelo compromisso das autoridades de operacionalizar o

quadro de resolução bancária. Os bancos que não resolvam as suas elevadas posições líquidas abertas negativas serão penalizados pela maior depreciação da moeda.

29. Políticas de mitigação dos riscos: As políticas destinadas a minimizar o impacto de tal choque deverão incluir, para além das medidas orçamentais acima referidas, um ajustamento orçamental adicional – centrado na redução da despesa, porém preservando as despesas sociais – conforme necessário para criar espaço adicional, bem como a procura de fontes de financiamento alternativas para colmatar potenciais lacunas. As autoridades devem continuar a avaliar o recurso a operações de gestão activa de passivos e deverão utilizá-las, se necessário. Nesse cenário, as autoridades devem estar, igualmente, preparadas para adoptar uma política monetária mais restrictiva, em caso de aceleração da inflação. Por último, a flexibilidade cambial é fundamental para absorver os choques e contrariar a diminuição das receitas do petróleo denominadas em dólares. Como tal, as autoridades devem manter a flexibilidade cambial, desenvolvendo, simultaneamente, uma estratégia de intervenção baseada em regras com um mecanismo de acumulação de reservas que ajude a constituir as reservas necessárias em caso de choque.

30. Opinião das autoridades: As autoridades sugeriram que, nesse cenário, seriam tomadas medidas para limitar mais estreitamente as despesas, com especial ênfase na racionalização das despesas de capital, protegendo simultaneamente as categorias de despesas correntes mais sensíveis, como a massa salarial. Além disso, sublinharam que já estão a ser tomadas medidas para suprimir os subsídios aos combustíveis, mobilizar as receitas internas e promover a actividade económica não petrolífera, o que ajudará a prevenir a materialização destes choques. O BNA reiterou o seu compromisso para com o seu mandato de estabilidade de preços e está preparado para conter as pressões inflacionistas através de condições monetárias mais restrictivas, conforme necessário, nomeadamente através de uma reacção rápida perante um choque deste tipo e da melhoria da eficácia dos seus instrumentos de política monetária. As autoridades concordaram que a maior flexibilidade cambial desde 2018 tem funcionado como um importante amortecedor de choques e reiteraram o seu compromisso para com este regime. O BNA está empenhado em limitar a intervenção cambial, mas observou que qualquer necessidade de acumulação de reservas deve ser gerida com prudência, de modo a não criar excesso de liquidez em kwanzas.

Cenário Adverso Ilustrativo, 2020–26

	Prel.	Cenário de base actual				Cenário adverso			
	2022	2023	2024	2025	2026	2023	2024	2025	2026
Economia real (variação percentual)									
PIB real	3.0	0.9	3.1	3.4	3.5	-2.7	-1.1	-0.8	4.5
d/q: petrolífero	0.5	-6.1	0.5	0.0	0.0	-10.0	-8.2	-8.7	7.5
d/q: não petrolífero	4.2	3.4	3.8	4.5	4.5	0.1	0.7	1.1	4.0
Preços no consumidor (média do período)	21.4	14.6	22.3	18.1	10.1	19.7	41.7	24.6	12.8
Preços no consumidor (no fim do período)	13.8	18.8	25.6	10.6	9.2	29.6	37.6	17.3	12.6
Preço do Brent (USD por barril dia)	99.0	78.4	73.6	70.9	68.9	60.4	60.4	60.4	68.9
	1.250	1.206	1.234	1.238	1.238	1.125	1.042	0.973	1.045
Balança de pagamentos (em percentagem do PIB)									
Saldo da conta corrente	9.6	2.3	3.2	2.1	1.4	-2.0	-1.0	-1.5	0.9
d/q: exportações de petróleo e gás	38.7	33.5	33.3	31.1	28.6	27.4	26.7	22.6	23.1
d/q: importações de bens	14.1	14.5	14.2	14.1	13.9	15.6	14.9	13.2	12.2
Saldo da conta de operações financeiras	7.7	1.5	3.8	2.9	2.4	-4.8	-1.0	-1.4	1.7
Reservas internacionais brutas (em milhões de USD)	14,661	13,701	14,034	14,325	14,636	11,832	11,583	11,198	11,339
meses de importações do próximo ano	7.2	7.1	7.0	7.0	7.1	7.2	7.2	6.5	6.0
percentagem da métrica ARA	110	113	116	121	124	104	102	101	100
Finanças públicas (em percentagem do PIB)									
Receitas	23.2	21.8	21.5	20.8	20.3	20.1	19.8	18.5	18.8
d/q: petrolíferas	13.6	11.8	11.3	10.5	9.8	9.6	9.2	7.6	8.0
d/q: não petrolíferas	9.6	10.1	10.1	10.3	10.5	10.5	10.6	10.9	10.9
Despesas	22.5	23.9	20.7	19.6	19.2	24.3	21.1	20.9	20.5
d/q: subsídios	3.6	3.9	1.8	1.1	1.0	3.2	1.6	0.9	0.9
Saldo global	0.7	-2.1	0.8	1.2	1.1	-4.2	-1.3	-2.4	-1.7
Saldo primário global	4.7	3.1	5.6	6.2	6.1	1.5	3.9	3.9	4.7
Saldo primário não petrolífero	-8.5	-8.3	-5.4	-3.9	-3.4	-7.8	-4.9	-3.4	-3.0
Dívida pública	65.2	83.2	75.6	65.2	59.0	99.5	80.8	71.1	62.8
Necessidades brutas de financiamento	8.1	13.2	7.5	5.4	5.8	16.1	10.1	9.3	8.0
Obrigações face ao FMI em relação a: (em percentagem)									
Obrigações totais	122.9	436.4	505.7	765.5	946.5	436.4	505.7	765.5	946.5
Reservas internacionais brutas	0.8	3.2	3.6	5.3	6.5	3.7	4.4	6.8	8.3
Serviço da dívida externa	1.7	4.9	6.6	8.6	11.1	4.9	6.6	8.7	11.2
Exportação de bens e serviços	0.2	1.2	1.5	2.2	2.8	1.7	2.0	3.2	3.3

Fonte: Estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

AVALIAÇÃO DA EQUIPA TÉCNICO

31. A recuperação de Angola a curto prazo continua dependente do sector petrolífero e, em grande medida, da concretização dos planos de diversificação a médio prazo. Apesar dos resultados mais fracos da produção de petróleo no primeiro semestre de 2023, prevê-se que o dinamismo do crescimento prossiga, depois de concluídas as operações de manutenção temporárias. Os riscos para as perspectivas permanecem elevados, tendo em conta a continuação da elevada dependência do sector petrolífero. A conjuntura a médio prazo depende, sobretudo, da recuperação do sector não petrolífero e dos progressos alcançados pelas autoridades no tocante ao plano de diversificação.

32. Apesar dos riscos elevados, a capacidade de reembolso de Angola ao FMI é adequada e o país parece ser resiliente a choques. No cenário de base, projecta-se que os reembolsos de Angola ao FMI aumentem a médio prazo, atingindo o seu valor máximo em 2026 em níveis globalmente confortáveis. Num cenário de choque significativo e prolongado, os indicadores de capacidade de reembolso projectados permanecem controláveis. Neste cenário, é importante implementar medidas de mitigação deste choque, nomeadamente permitir que a taxa de câmbio funcione como um amortecedor de choques e de racionalização de algumas despesas.

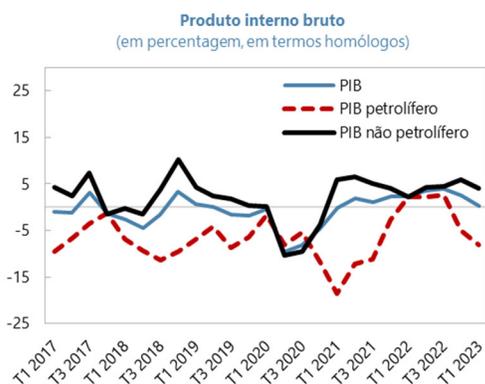
33. A derrapagem orçamental reduziu as reservas e é necessário um ajustamento sustentado para mitigar os riscos. As autoridades devem continuar a agir rapidamente para inverter a grande derrapagem orçamental de 2022. Para o efeito, é fundamental implementar plenamente a reforma dos subsídios anunciada em 1 de junho (com medidas de mitigação para apoiar as pessoas vulneráveis). Paralelamente, as autoridades devem também prosseguir com as medidas de política fiscal para mobilizar receitas internas não petrolíferas e realizar novos progressos na agenda estrutural orçamental, incluindo as reformas de gestão das finanças públicas e de gestão do investimento público.

34. É necessário dar continuidade aos esforços para reforçar a estabilidade financeira. As reformas prudenciais em curso devem continuar a melhorar a supervisão e a solidez do sector bancário. Para salvaguardar a confiança do mercado e reduzir o risco orçamental contingente, a DGF deve reforçar a sua capacidade financeira e operacional e o BNA deve preparar-se para proceder, de forma decisiva, à resolução ou liquidação dos bancos com problemas, se necessário, protegendo simultaneamente os pequenos depositantes.

35. A manutenção da ênfase nas reformas estruturais a médio prazo é fundamental para manter o crescimento no contexto de um sector petrolífero em declínio. A redução da dependência do sector petrolífero é essencial e deve continuar a ser a prioridade das autoridades a médio prazo, a fim de reduzir as vulnerabilidades decorrentes da maior volatilidade deste sector. Por conseguinte, são necessários esforços contínuos para melhorar a governação, melhorar o ambiente de negócios e promover o investimento privado, norteados pelos planos de diversificação das autoridades, bem como por políticas macroeconómicas e financeiras reforçadas no âmbito do novo Plano de Desenvolvimento Nacional (2023–27).

Figura 1. Angola: Indicadores de Alta Frequência Seleccionados, 2017–23

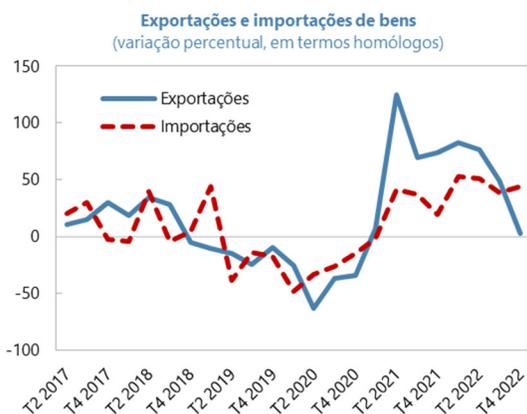
Após uma recuperação generalizada em 2022, o sector petrolífero enfraqueceu.



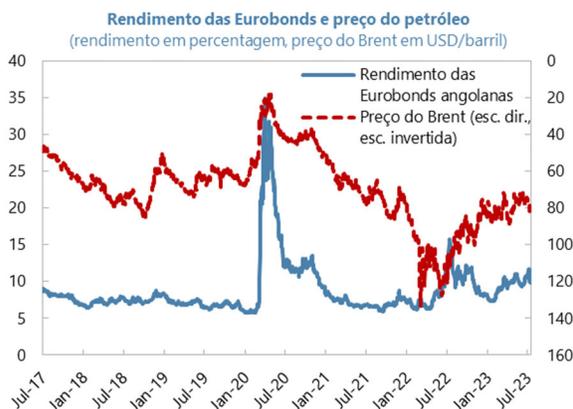
A confiança empresarial recuperou em 2022.



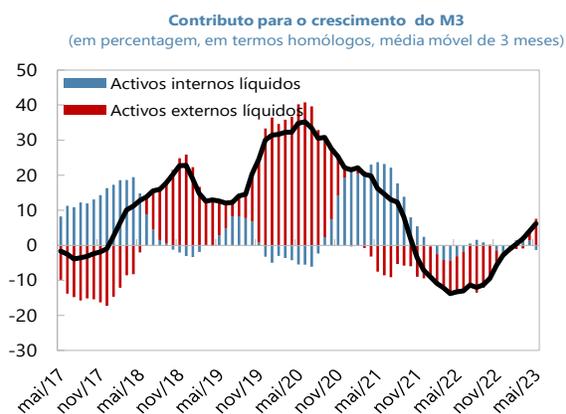
As exportações enfraqueceram e as importações recuperaram no final de 2022.



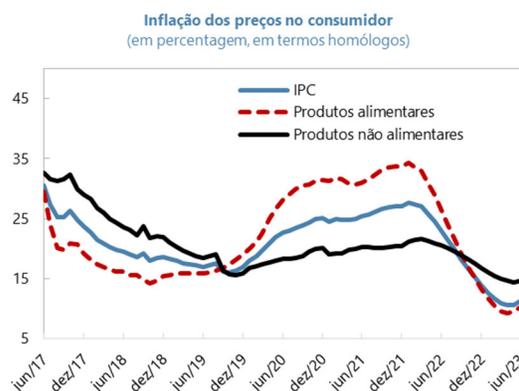
Após um aumento no início de 2023, os rendimentos das obrigações estabilizaram.



O crescimento do M3 acelerou recentemente, devido ao aumento da TCN



... criando riscos inflacionistas.



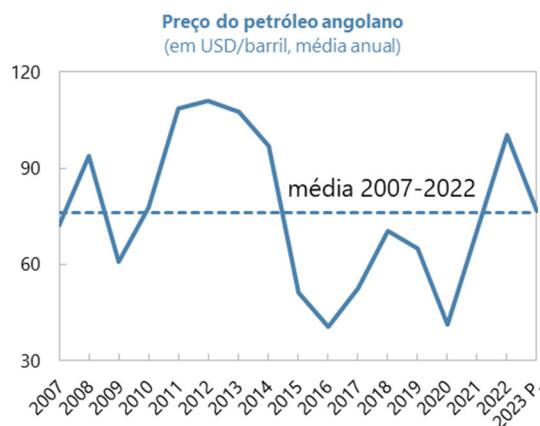
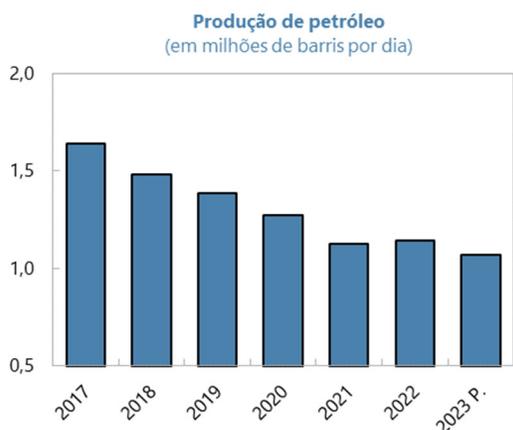
Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções da equipa técnica do FMI.

1/ Diferença entre as respostas positivas e negativas a um inquérito sobre as condições económicas, em pontos percentuais.

Figura 2. Angola: Evolução Orçamental, 2017–23

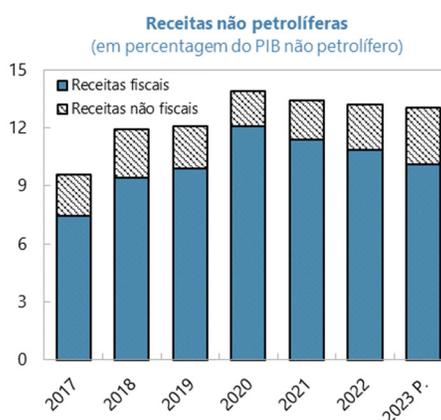
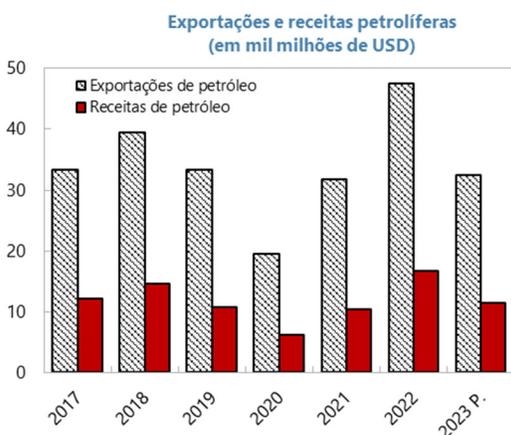
Espera-se uma diminuição da produção de petróleo em 2023...

...devido às operações de manutenção e à descida dos preços do petróleo.



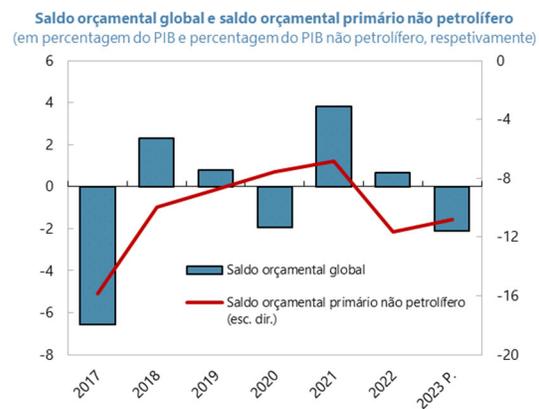
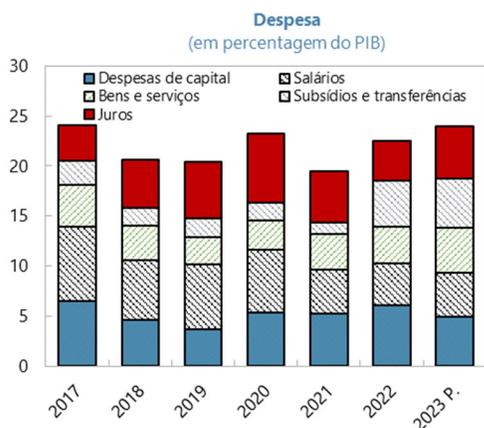
As exportações e as receitas do petróleo devem enfraquecer.

As receitas não petrolíferas devem permanecer estáveis...



... mas com as despesas a estabilizarem globalmente em percentagem do PIB...

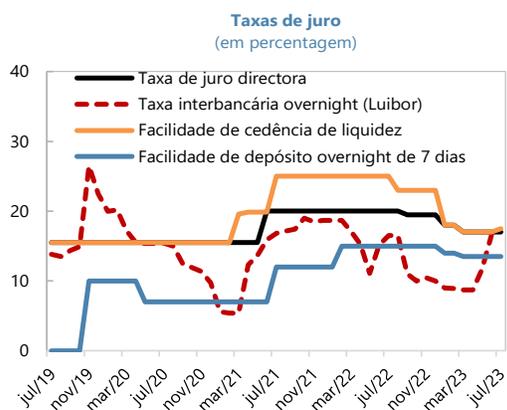
... o ajustamento será limitado este ano.



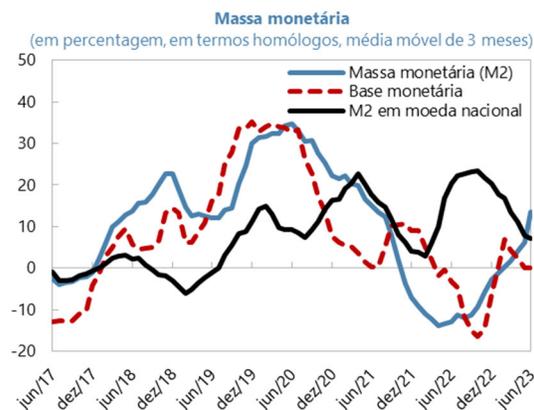
Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções da equipa técnica do FMI.

Figura 3. Angola: Evolução do Sector Monetário, 2017–23

A taxa interbancária e a taxa de juro directora estão alinhadas.



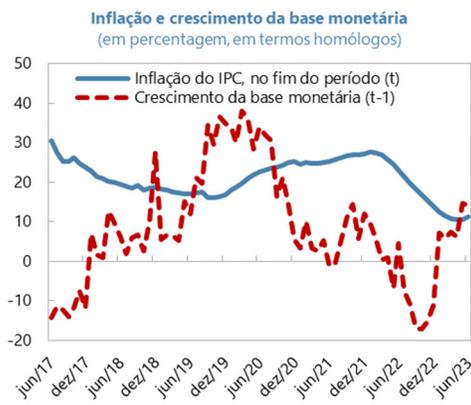
O crescimento do M2 aumentou, mas a componente em moeda nacional abrandou ...



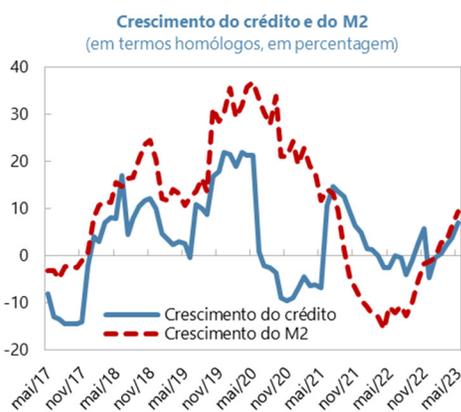
...e as reservas excedentárias diminuíram.



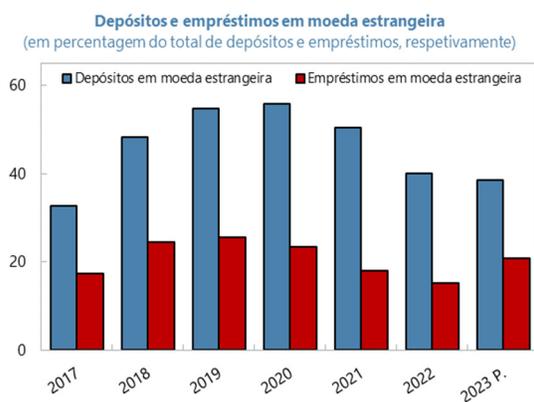
Espera-se que a inflação aumente...



...mas o crescimento do crédito privado permanece débil...



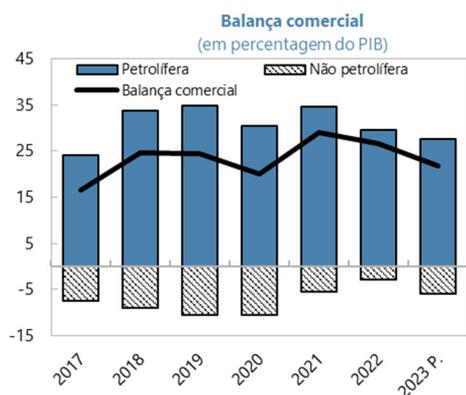
...bem como a dolarização.



Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções da equipa técnica do FMI.

Figura 4. Angola: Evolução do Sector Externo, 2017–23

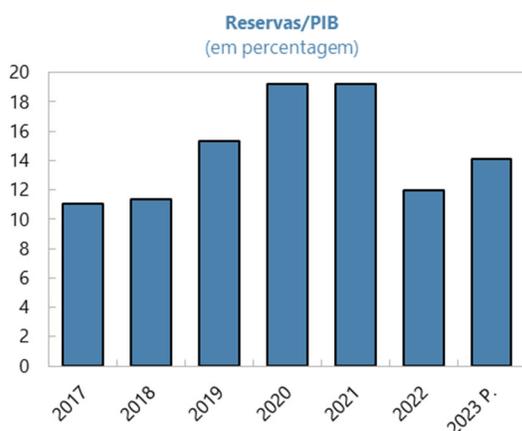
A balança comercial deverá diminuir, acompanhando os preços e a produção de petróleo...



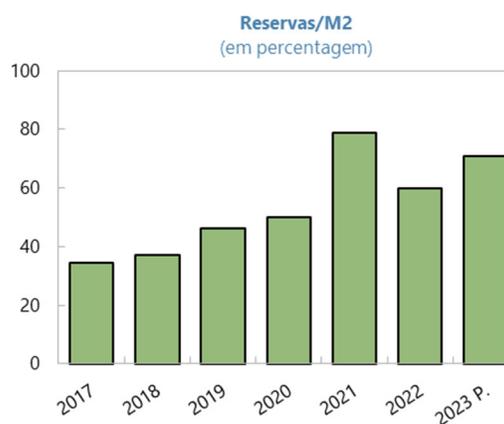
...mas as reservas devem manter-se constantes em relação às importações...



...e permanecer estáveis em percentagem do PIB...



...e em percentagem do M2.



Espera-se que a cobertura das importações se mantenha adequada...



...apesar da TCN se depreciar significativamente em junho de 2023.



Fontes: Autoridades angolanas e estimativas e projecções da equipa técnica do FMI.

Quadro 1. Angola: Principais Indicadores Económicos 2020–27

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
	Proj.							
Economia real (variação percentual, salvo indicação em contrário)								
Produto interno bruto real	-5,6	1,2	3,0	0,9	3,1	3,4	3,5	3,6
Sector petrolífero	-6,7	-11,5	0,5	-6,1	0,5	0,0	0,0	0,0
Sector não petrolífero	-5,2	5,5	4,2	3,4	3,8	4,5	4,5	4,5
Produto interno bruto (PIB) nominal	7,2	43,1	20,1	12,5	27,0	20,9	12,4	11,6
Sector petrolífero	-12,6	74,1	5,9	-3,9	26,8	12,8	3,0	1,7
Sector não petrolífero	16,0	32,6	26,4	18,5	27,0	23,3	15,0	14,0
Deflactor do PIB	13,6	41,4	16,6	11,5	23,2	16,9	8,6	7,7
Deflactor do PIB não petrolífero	22,3	25,8	21,4	14,6	22,3	18,1	10,1	9,1
Preços no consumidor (média anual)	22,3	25,8	21,4	14,6	22,3	18,1	10,1	9,1
Índice de preços no consumidor (no fim do período)	25,1	27,0	13,8	18,8	25,6	10,6	9,2	9,1
Produto interno bruto (em mil milhões de kwanzas)	33,041	47,270	56,778	63,851	81,078	98,023	110,212	122,962
Produto interno bruto petrolífero (em mil milhões de kwanzas)	8,320	14,483	15,330	14,732	18,687	21,081	21,712	22,090
Produto interno bruto não petrolífero (em mil milhões de kwanzas)	24,721	32,788	41,447	49,119	62,391	76,941	88,500	100,872
Reservas internacionais brutas (em mil milhões de USD)	57,1	74,9	122,8	96,9	94,6	98,6	102,7	108,7
Produto interno bruto <i>per capita</i> (em USD)	1,709	2,170	3,438	2,635	2,497	2,526	2,556	2,625
Administração central (em percentagem do PIB)								
Total de receitas	21,3	23,3	23,2	21,8	21,5	20,8	20,3	19,7
<i>D/q</i> : Petrolíferas	10,9	14,0	13,6	11,8	11,3	10,5	9,8	9,0
<i>D/q</i> : Impostos não petrolíferos	9,1	7,9	7,9	7,8	7,8	7,9	8,1	8,3
Total de despesas	23,3	19,5	22,5	23,9	20,7	19,6	19,2	18,1
Despesas correntes	17,9	14,2	16,4	19,0	16,5	15,9	15,7	14,9
Despesas de capital	5,4	5,2	6,1	4,9	4,2	3,7	3,4	3,3
Saldo orçamental global	-1,9	3,8	0,7	-2,1	0,8	1,2	1,1	1,6
Saldo orçamental primário	5,0	9,0	4,7	3,1	5,6	6,2	6,1	5,8
Saldo orçamental primário não petrolífero	-5,6	-4,7	-8,5	-8,3	-5,4	-3,9	-3,4	-2,9
Saldo orçamental primário não petrolífero (em percentagem do PIB não petrolífero)	-7,6	-6,8	-11,6	-10,8	-7,0	-5,0	-4,2	-3,5
Moeda e crédito (fim do período, variação percentual)								
Agregado monetário (M2)	24,3	-9,3	-1,4	12,5	24,7	19,7	12,4	11,6
Em percentagem do PIB	38,4	24,4	20,0	20,0	19,6	19,5	19,5	19,5
Agregado monetário – moeda nacional (M2 MN)	20,3	1,0	18,6	15,2	27,7	22,5	15,0	14,0
Velocidade (PIB/M2)	2,6	4,1	5,0	5,0	5,1	5,1	5,1	5,1
Crédito ao sector privado (variação percentual anual)	-7,7	5,6	-4,8	6,3	16,6	10,1	11,6	11,2
Balança de pagamentos								
Balança comercial (em percentagem do PIB)	19,9	29,1	26,7	21,7	22,2	20,7	19,4	17,9
Exportações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	36,6	44,9	40,8	36,2	36,4	34,8	33,2	31,1
<i>D/q</i> : Exportações de petróleo e gás (em percentagem do PIB)	34,3	42,5	38,7	33,5	33,3	31,1	28,6	26,2
Importações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	16,7	15,8	14,1	14,5	14,2	14,1	13,9	13,2
Termos de troca (variação percentual)	-36,2	53,0	35,6	-27,0	-6,0	-3,9	-5,1	-3,9
Saldo da conta corrente (em percentagem do PIB)	1,5	11,2	9,6	2,3	3,2	2,1	1,4	0,9
Reservas internacionais brutas (excluindo títulos dados em garantia nas operações de recompra) ¹								
No fim do período, em milhões de USD	10,978	14,375	14,661	13,701	14,034	14,325	14,636	14,742
Em meses de importações do próximo ano	7,0	6,0	7,2	7,1	7,0	7,0	7,1	7,1
Reservas internacionais brutas (incluindo títulos dados em garantia nas operações de recompra) ¹								
No fim do período, em milhões de USD	14,879	15,508	14,661	13,701	14,034	14,325	14,636	14,742
Taxa de câmbio								
Taxa de câmbio oficial (média, em kwanzas por USD)	578	631	462
Taxa de câmbio oficial (no fim do período, em kwanzas por USD)	656	555	504
Dívida pública (em percentagem do PIB)								
Dívida (bruta) do sector público ²	138,4	83,5	65,2	83,2	75,6	65,2	59,0	53,9
<i>D/q</i> : Dívida da administração central	128,3	77,5	60,8	77,1	71,7	62,5	57,1	51,9
Petróleo								
Produção de petróleo e gás (em milhões de barris por dia)	1,388	1,252	1,250	1,206	1,234	1,238	1,238	1,239
Exportações e receitas petrolíferas (em mil milhões de USD)	19,6	31,8	47,5	32,5	31,5	30,6	29,4	28,5
Preço do petróleo de Angola (média, USD por barril)	41,3	70,7	100,3	76,7	72,1	69,8	67,8	66,1
Preço do Brent (média, em USD por barril)	43,3	70,8	99,0	78,4	73,6	70,9	68,9	67,2

Fontes: Autoridades angolanas; e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

1/ Consistente com o tratamento dado pelo BNA, os depósitos em moeda estrangeira do Tesouro no BNA são excluídos das RIB a partir de 2022 (1,2 mil milhões de USD no momento do ajustamento)

2/ Inclui a dívida da administração central, a dívida externa da petrolífera estatal Sonangol e da companhia aérea estatal TAAG, e a dívida garantida.

Quadro 2a. Angola: Demonstração Central, 2020–25

(em mil milhões de kwanzas, salvo indicação em contrário)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
			Prel.		Projeções	
Receitas	7,053	11,017	13,183	13,926	17,420	20,378
Impostos	6,605	10,346	12,197	12,463	15,488	18,062
Petrolíferos	3,612	6,615	7,706	7,507	9,193	10,299
Não petrolíferos	2,993	3,731	4,491	4,956	6,295	7,763
Contribuições sociais	320	350	409	311	478	558
Donativos	4	2	1	7	0	0
Outras receitas	123	319	576	1,145	1,454	1,758
Despesas	7,691	9,207	12,800	15,287	16,784	19,179
Despesas correntes	5,918	6,727	9,326	12,154	13,351	15,571
Remuneração dos empregados	2,067	2,095	2,360	2,825	3,587	4,336
Uso de bens e serviços	965	1,646	2,054	2,885	3,613	4,318
Juros	2,300	2,444	2,277	3,335	3,889	4,927
Internos	1,008	1,203	1,151	1,194	1,157	1,640
Externos	1,292	1,242	1,126	2,140	2,732	3,287
Subsídios ¹	38	62	2,071	2,463	1,471	1,056
Outras despesas	547	480	564	646	791	933
Investimento líquido em activos não financeiros	1,773	2,480	3,473	3,133	3,433	3,608
Capacidade líquida (+) / necessidade líquida (-) de financiamento	-638	1,811	383	-1,361	636	1,200
Discrepância estatística	690	2,772	-250	0	1	1
Aquisição líquida de activos financeiros (+: aumento)	-1,714	1,663	119	-1,699	-243	-107
Interna	-1,548	691	-621	-1,135	-72	92
Numerário e depósitos ²	-1,052	549	-383	-705	24	184
Participações de capital e em fundos de investimento	-496	142	-238	-429	-100	-100
Outras contas a receber	0	0	0	0	4	9
Externa	-166	972	740	-565	-171	-199
Aumento líquido de passivos (+: aumento)	-386	2,624	-518	-338	-874	-1,296
Internos	-1,040	-247	-547	86	-706	1,160
Títulos de dívida	-1,041	-399	369	626	-384	1,474
Desembolsos	2,874	2,911	3,112	3,636	2,391	2,363
Amortizações	-3,915	-3,311	-2,743	-3,010	-2,775	-889
Empréstimos	125	-60	120	-312	-62	-55
Outras contas a pagar	-123	212	-1,037	-228	-259	-259
Externos	654	2,871	30	-424	-169	-2,456
Títulos de dívida	195	2,364	760	-224	31	-2,256
Desembolsos	1,802	4,245	2,996	3,523	3,895	3,275
Amortizações	-1,606	-1,880	-2,236	-3,747	-3,864	-5,531
Outras contas a pagar	458	507	-730	-200	-200	-200
Por memória:						
Saldo orçamental primário não petrolífero ³	-1,867	-2,234	-4,821	-5,296	-4,370	-3,838
Preço do petróleo de Angola (média, USD por barril)	41.3	70.7	100.3	76.7	72.1	69.8
Prestações sociais ⁴	1,726	2,806	3,597	4,045	5,137	6,210
Dívida (bruta) do sector público ⁵	45,721	39,459	37,024	53,137	61,329	63,887
<i>D/q: Administração central</i>	<i>42,375</i>	<i>36,636</i>	<i>34,510</i>	<i>49,237</i>	<i>58,101</i>	<i>61,244</i>

Fontes: Autoridades angolanas; e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui os subsídios aos combustíveis a partir de 2022, em conformidade com sua inclusão no orçamento de 2022, e as medidas de mitigação a partir de 2023.

² Os valores históricos podem incluir efeitos de valorização relacionados com os depósitos denominados em moeda estrangeira. 2020-2023 inclui os levantamentos de depósitos do FSDEA.

³ A série do saldo orçamental primário não petrolífero reflecte a inclusão dos subsídios aos combustíveis a partir de 2022.

⁴ Gastos com educação, saúde, protecção social, habitação e serviços comunitários.

⁵ Inclui a dívida da administração central, a dívida externa da Sonangol e da companhia aérea estatal TAAG, e a dívida garantida.

Quadro 2b. Angola: Demonstração das Operações da Administração Central, 2020–25
(em percentagem do PIB, salvo indicação contrário)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025	
			Prel.		Proj.		
Receitas	20.8	21.3	23.3	23.2	21.8	21.5	20.8
Impostos	19.5	20.0	21.9	21.5	19.5	19.1	18.4
Petrolíferos	10.7	10.9	14.0	13.6	11.8	11.3	10.5
Não petrolíferos	8.8	9.1	7.9	7.9	7.8	7.8	7.9
Contribuições sociais	0.9	1.0	0.7	0.7	0.5	0.6	0.6
Donativos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outras receitas	0.4	0.4	0.7	1.0	1.8	1.8	1.8
Despesas	22.7	23.3	19.5	22.5	23.9	20.7	19.6
Despesas correntes	17.5	17.9	14.2	16.4	19.0	16.5	15.9
Remuneração dos empregados	6.1	6.3	4.4	4.2	4.4	4.4	4.4
Uso de bens e serviços	2.9	2.9	3.5	3.6	4.5	4.5	4.4
Juros	6.8	7.0	5.2	4.0	5.2	4.8	5.0
Internos	3.0	3.1	2.5	2.0	1.9	1.4	1.7
Externos	3.8	3.9	2.6	2.0	3.4	3.4	3.4
Subsídios ¹	0.1	0.1	0.1	3.6	3.9	1.8	1.1
Outras despesas	1.6	1.7	1.0	1.0	1.0	1.0	1.0
Investimento líquido em activos não financeiros	5.2	5.4	5.2	6.1	4.9	4.2	3.7
Capacidade líquida (+) / necessidade líquida (-) de financiamento	-1.9	-1.9	3.8	0.7	-2.1	0.8	1.2
Discrepância estatística	2.4	2.1	5.9	-0.4	0.0	0.0	0.0
Aquisição líquida de activos financeiros (+: aumento)	-5.1	-5.2	3.5	0.2	-2.7	-0.3	-0.1
Internos	-4.6	-4.7	1.5	-1.1	-1.8	-0.1	0.1
Numerário e depósitos ²	-3.1	-3.2	1.2	-0.7	-1.1	0.0	0.2
Participações de capital e em fundos de investimento	-1.5	-1.5	0.3	-0.4	-0.7	-0.1	-0.1
Outras contas a receber	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Externos	-0.5	-0.5	2.1	1.3	-0.9	-0.2	-0.2
Aumento líquido de passivos (+: aumento)	-0.4	-0.4	6.1	-0.7	-1.0	-1.5	-1.6
Internos	-2.3	-2.4	0.0	-0.8	-0.4	-1.3	0.9
Títulos de dívida	-2.3	-2.4	-0.3	0.9	0.5	-0.6	1.4
Desembolsos	9.3	9.5	6.7	6.1	5.7	2.9	2.4
Amortizações	-11.6	-11.9	-7.0	-5.3	-5.2	-3.5	-1.0
Empréstimos	0.4	0.4	-0.1	0.2	-0.5	-0.1	-0.1
Outras contas a pagar	-0.4	-0.4	0.4	-1.8	-0.4	-0.6	-0.5
Títulos de dívida estrangeira	1.9	2.0	6.1	0.1	-0.7	-0.2	-2.5
Desembolsos	5.3	5.5	9.0	5.3	5.5	4.8	3.3
Amortizações	-4.7	-4.9	-4.0	-3.9	-5.9	-4.8	-5.6
Outras contas a pagar	1.4	1.4	1.1	-1.3	-0.3	-0.2	-0.2
Por memória:							
Saldo orçamental primário não petrolífero ³	-5.5	-5.6	-4.7	-8.5	-8.3	-5.4	-3.9
Preço do petróleo de Angola (média, USD por barril)	41.1	41.3	70.7	100.3	76.7	72.1	69.8
Prestações sociais ⁴	5.1	5.2	5.9	6.3	6.3	6.3	6.3
Dívida (bruta) do sector público ⁵	135.1	138.4	83.5	65.2	83.2	75.6	65.2
D/q: Administração central	125.2	128.3	77.5	60.8	77.1	71.7	62.5

Fontes: Autoridades angolanas; e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui os subsídios aos combustíveis a partir de 2022, em conformidade com sua inclusão no orçamento de 2022, a as medidas de mitigação a partir de 2023.

² Os valores históricos podem incluir efeitos de valorização relacionados com os depósitos denominados em moeda estrangeira. 2020-2023 inclui os levantamentos de depósitos do FSDEA.

³ A série do saldo orçamental primário não petrolífero reflecte a inclusão dos subsídios aos combustíveis a partir de 2022.

⁴ Gastos com educação, saúde, protecção social, habitação e serviços comunitários.

⁵ Inclui a dívida da administração central, a dívida externa da Sonangol e da companhia aérea estatal TAAG, e a dívida garantida.

Quadro 2c. Angola: Demonstração das Operações da Administração Central, 2020–25

(em percentagem o PIB não petrolífero, salvo indicação em contrário)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
			Prel.		Proj.	
Receitas	28.5	31.8	31.8	28.4	27.9	26.5
Impostos	26.7	30.3	29.4	25.4	24.8	23.5
Petrolíferos	14.6	18.5	18.6	15.3	14.7	13.4
Não petrolíferos	12.1	11.8	10.8	10.1	10.1	10.1
Contribuições sociais	1.3	1.0	1.0	0.6	0.8	0.7
Donativos	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Outras receitas	0.5	0.5	1.4	2.3	2.3	2.3
Despesas	31.1	27.8	30.9	31.1	26.9	24.9
Despesas correntes	23.9	22.4	22.5	24.7	18.8	20.2
Remuneração dos empregados	8.4	7.6	5.7	5.8	5.7	5.6
Uso de bens e serviços	3.9	4.6	5.0	5.9	5.8	5.6
Juros	9.3	7.5	5.5	6.8	6.2	6.4
Internos	4.1	3.7	2.8	2.4	1.9	2.1
Externos	5.2	3.7	2.7	4.4	4.4	4.3
Subsídios ¹	0.2	0.6	5.0	5.0	2.4	1.4
Outras despesas	2.2	2.1	1.4	1.3	1.3	1.2
Aquisição líquida de activos não financeiros	7.2	5.3	8.4	6.4	5.5	4.7
Capacidade líquida (+) / necessidade líquida (-) de financiamento	-2.6	4.1	0.9	-2.8	1.0	1.6
Discrepância estatística	2.8	0.0	-0.6	0.0	0.0	0.0
Aquisição líquida de activos financeiros (+: aumento)	-6.9	8.1	0.3	-3.5	-0.4	-0.1
Internos	-6.3	7.0	-1.5	-2.3	-0.1	0.1
Numerário e depósitos ²	-4.3	7.3	-0.9	-1.4	0.0	0.2
Participações de capital e em fundos de investimento	-2.0	-0.3	-0.6	-0.9	-0.2	-0.1
Outras contas a receber	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Externos	-0.7	1.1	1.8	-1.1	-0.3	-0.3
Aumento líquido de passivos (+: aumento)	-0.5	4.1	-1.2	-0.7	-1.8	-2.0
Internos	-3.2	-1.5	-1.3	0.2	-1.5	1.2
Títulos de dívida	-3.2	0.1	1.2	0.6	-0.7	1.8
Desembolsos	12.7	10.4	8.4	7.4	3.8	3.1
Amortizações	-15.8	-10.3	-7.2	-6.8	-4.5	-1.2
Empréstimos	0.5	-1.0	0.3	-0.6	-0.1	-0.1
Outras contas a pagar	-0.5	-1.6	-2.5	-0.5	-0.8	-0.7
Externos	2.6	5.6	0.1	-0.9	-0.3	-3.2
Desembolsos	7.3	10.0	7.2	7.2	6.2	4.3
Amortizações	-6.5	-5.1	-5.4	-7.6	-6.2	-7.2
Por memória:						
Saldo orçamental primário não petrolífero ³	-7.6	-6.3	-11.6	-10.8	-7.0	-5.0
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	41.3	68.5	100.3	76.7	72.1	69.8
Prestações sociais ⁴	7.0	8.6	8.7	8.2	8.2	8.1
Dívida (bruta) do sector público ⁵	184.9	125.2	89.3	108.2	98.3	83.0
<i>D/g</i> : Administração central	171.4	112.4	83.3	100.2	93.1	79.6

Fontes: Autoridades angolanas; e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui os subsídios aos combustíveis a partir de 2022, em conformidade com sua inclusão no orçamento de 2022, a as medidas de mitigação a partir de 2023.² Os valores históricos podem incluir efeitos de valorização relacionados com os depósitos denominados em moeda estrangeira. 2020-2023 inclui os levantamentos de depósitos do FSDEA.³ A série do saldo orçamental primário não petrolífero reflecte a inclusão dos subsídios aos combustíveis a partir de 2022.⁴ Gastos com educação, saúde, protecção social, habitação e serviços comunitários.⁵ Inclui a dívida da administração central, a dívida externa da Sonangol e da companhia aérea estatal TAAG, e a dívida garantida.

Quadro 2d. Angola: Demonstração das Operações da Administração Central, 2020–25

Reestruturação da dívida registada como financiamento excepcional (em mil milhões de kwanzas, salvo indicação em contrário)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
			Prel.		Proj.	
Receitas	7,053	11,017	13,183	13,926	17,420	20,378
Impostos	6,605	10,346	12,197	12,463	15,488	18,062
Petrolíferos	3,612	6,615	7,706	7,507	9,193	10,299
Não petrolíferos	2,993	3,731	4,491	4,956	6,295	7,763
Contribuições sociais	320	350	409	311	478	558
Donativos	4	2	1	7	0	0
Outras receitas	123	319	576	1,145	1,454	1,758
Despesas	7,644	9,241	12,818	15,502	16,967	19,310
Despesas correntes	5,871	6,761	9,345	12,370	13,534	15,702
Remuneração dos empregados	2,067	2,095	2,360	2,825	3,587	4,336
Uso de bens e serviços	965	1,646	2,054	2,885	3,613	4,318
Juros	2,253	2,479	2,295	3,550	4,072	5,058
Internos	1,008	1,203	1,151	1,194	1,157	1,640
Externos	1,245	1,276	1,144	2,356	2,916	3,419
Subsídios ¹	38	62	2,071	2,463	1,471	1,056
Outras despesas	547	480	564	646	791	933
Investimento líquido em activos não financeiros	1,773	2,480	3,473	3,133	3,433	3,608
Capacidade (+)/ necessidade (-) líquida de financiamento	-591	1,776	365	-1,577	452	1,068
Discrepância estatística	690	2,772	-250	0	1	1
Aquisição líquida de activos financeiros (+: aumento)	-1,714	1,663	119	-1,699	-243	-107
Internos	-1,548	691	-621	-1,135	-72	92
Numerário e depósitos ²	-1,052	549	-383	-705	24	184
Participações de capital e em fundos de investimento	-496	142	-238	-429	-100	-100
Outras contas a receber	0	0	0	0	4	9
Externos	-166	972	740	-565	-171	-199
Aumento líquido de passivos (+: aumento)	-1,037	1,251	-1,511	-1,342	-2,045	-2,212
Internos	-1,040	-247	-547	86	-965	901
Títulos de dívida	-1,041	-399	369	626	-384	1,474
Desembolsos	2,874	2,911	3,112	3,636	2,391	2,363
Amortizações	-3,915	-3,311	-2,743	-3,010	-2,775	-889
Empréstimos	125	-60	120	-312	-62	-55
Outras contas a pagar	-123	212	-1,037	-228	-518	-518
Externos	3	1,498	-964	-1,428	-1,081	-3,112
Desembolsos	1,802	4,245	2,996	3,523	3,895	3,275
Amortizações	-2,258	-3,254	-3,230	-4,751	-4,776	-6,188
Financiamento excepcional (+: aumento)						
Reestruturação da dívida	604	1,408	1,012	1,219	1,095	788
Juros externos	-47	35	18	216	183	132
Amortização externa	651	1,373	994	1,004	912	657
Por memória:						
Saldo orçamental primário não petrolífero ³	-1,867	-2,234	-4,821	-5,296	-4,370	-3,838
Preço do petróleo angolano (média, USD por barril)	41.3	70.7	100.3	76.7	72.1	69.8
Prestações sociais ⁴	1,726	2,806	3,597	4,045	5,137	6,210
Dívida (bruta) do sector público ⁵	45,721	39,459	37,024	53,137	61,329	63,887

Fontes: Autoridades angolanas; e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui os subsídios aos combustíveis a partir de 2022, em conformidade com sua inclusão no orçamento de 2022, a as medidas de mitigação a partir de 2023.² Os valores históricos podem incluir efeitos de valorização relacionados com os depósitos denominados em moeda estrangeira. 2020-2023 inclui os levantamentos de depósitos do FSDEA.³ A série do saldo orçamental primário não petrolífero reflecte a inclusão dos subsídios aos combustíveis a partir de 2022.⁴ Gastos com educação, saúde, protecção social, habitação e serviços comunitários.⁵ Inclui a dívida da administração central, a dívida externa da Sonangol e da companhia aérea estatal TAAG, e a dívida garantida.

Quadro 3. Angola: Contas Monetárias, 2020–25

(fim do período; em mil milhões de kwanzas, salvo indicação em contrário)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
					Proj.	
Síntese monetária						
Activos externos líquidos	7,311	5,913	6,105	8,850	11,380	13,150
Activos internos líquidos	5,392	5,606	5,251	3,920	4,549	5,920
Crédito (líquido) à administração central	6,143	4,679	4,707	5,669	4,666	5,670
Créditos a outras sociedades financeiras	211	262	285	338	429	530
Crédito a outras unidades do setor público	132	120	91	108	137	169
Crédito ao sector privado	4,036	4,260	4,056	4,312	5,028	5,535
Outras rubricas (líquido) ¹	-5,129	-3,715	-3,889	-6,507	-5,712	-5,984
Agregado monetário (M3)	12,702	11,518	11,356	12,770	15,929	19,071
Moeda e quase-moeda (M2)	12,698	11,513	11,356	12,770	15,929	19,071
Moeda	3,674	3,632	4,009	4,610	5,888	7,221
Moeda em circulação	405	402	495	552	706	883
Depósitos à ordem em moeda nacional	3,270	3,230	3,515	4,059	5,182	6,338
Quase-moeda	2,166	2,270	2,991	3,454	4,409	5,393
Depósitos a prazo e de poupança em moeda nacional	2,166	2,270	2,991	3,454	4,409	5,393
Depósitos em moeda estrangeira	6,857	5,612	4,356	4,707	5,632	6,457
Instrumentos do mercado monetário e outros passivos	5	5	0	0	0	0
Autoridades monetárias						
Activos externos líquidos	5,783	4,869	4,930	7,055	9,182	10,769
Reservas internacionais líquidas	5,499	5,399	5,289	7,477	9,699	11,329
Aumento líquido de passivos	284	-530	-359	-422	-517	-560
Activos internos líquidos	-3,422	-2,283	-2,156	-4,052	-5,556	-6,590
Crédito a outras sociedades de depósitos	121	42	79	94	118	130
Crédito (líquido) à administração central	267	575	1,236	672	-284	-979
Crédito ao sector privado	97	127	123	146	186	229
Outras rubricas (líquido) ¹	-3,906	-3,027	-3,594	-4,965	-5,576	-5,970
Base monetária	2,361	2,586	2,774	3,003	3,626	4,179
Moeda em circulação	549	569	658	734	939	1,174
Depósitos dos bancos comerciais	1,812	2,018	2,116	2,269	2,687	3,005
Por memória:						
Produto interno bruto nominal (variação percentual)	7.2	43.1	20.1	12.5	27.0	20.9
Base monetária (variação percentual)	3.3	9.5	7.3	8.2	20.8	15.3
Moeda e quase-moeda (M2) (variação percentual)	24.3	-9.3	-1.4	12.5	24.7	19.7
Crédito ao sector privado (variação percentual)	-7.7	5.6	-4.8	6.3	16.6	10.1
Crédito à administração central (variação percentual; líquido)	130.2	-23.8	0.6	20.4	-17.7	21.5
Multiplicador monetário (M2/base monetária)	5.4	4.5	4.1	4.3	4.4	4.6
Velocidade (PIB/M2)	2.6	4.1	5.0	5.0	5.1	5.1
Velocidade (PIB não petrolífero/M2)	1.9	2.8	3.6	3.8	3.9	4.0
Crédito ao sector privado (em percentagem do PIB não petrolífero)	16.3	13.0	9.8	8.8	8.1	7.2
Depósitos em moeda estrangeira (em percentagem dos depósitos totais)	55.8	50.5	40.1	38.5	37.0	35.5
Crédito ao sector privado em moeda estrangeira (em percentagem do crédito total)	23.3	18.0	15.1	21.8	22.8	22.5

Fontes: Autoridades angolanas; e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Incluindo a valorização cambial.

Quadro 4a. Angola: Balança de Pagamentos, 2020–25

Reestruturação da dívida registada como financiamento excepcional (em mil milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
	Proj.					
Conta corrente	429	8,431	12,153	2,811	3,709	2,642
Balança comercial	11,394	21,787	32,771	21,023	21,020	20,384
Exportações, FOB	20,937	33,581	50,038	35,097	34,435	34,256
Petróleo bruto	18,297	27,860	40,273	29,979	28,294	27,389
Gás e refinados de petróleo	1,288	3,567	5,271	2,480	3,235	3,228
Diamantes	1,070	1,550	1,946	2,015	2,096	2,181
Outros	283	605	2,548	623	810	1,458
Importações, FOB	9,543	11,795	17,267	14,073	13,415	13,872
Serviços (líquido)	-5,536	-6,957	-11,214	-10,097	-9,629	-9,957
Crédito	67	94	82	111	101	104
Débito	5,603	7,050	11,297	10,207	9,730	10,061
Rendimento primário (líquido)	-5,367	-5,752	-8,307	-7,253	-6,841	-6,911
Crédito	536	355	177	186	192	200
Débito	5,903	6,107	8,484	7,438	7,034	7,111
Rendimento secundário (líquido)	-63	-646	-1,097	-864	-840	-874
Administrações públicas	4	-11	-31	-14	-12	-10
Outros	-71	-629	-1,059	-849	-829	-864
<i>D/q: Transferências pessoais</i>	-71	-23	-112	-88	-86	-90
Balança de capital	1	2	-2	1	1	1
Conta de operações financeiras (+ = saídas)	6,194	9,896	9,700	3,515	2,610	1,426
Investimento directo	1,957	3,298	6,183	2,372	2,026	1,464
Aquisição líquida de activos financeiros	91	-1,057	41	28	27	26
Aumento líquido de passivos	-1,866	-4,355	-6,142	-2,344	-1,999	-1,437
Investimento de carteira	-1,640	35	-923	151	148	154
Aquisição líquida de activos financeiros	-1,640	35	192	151	148	154
Aumento líquido de passivos	0	0	1,114	0	0	0
Derivados financeiros (líquido)	-20	19	4	0	0	0
Outros investimentos	5,878	6,564	4,440	991	436	-191
Créditos e adiantamentos comerciais	1,027	2,948	2,259	219	-58	-728
Moeda e depósitos	519	537	399	-589	-2,470	-3,786
Empréstimos	4,350	4,436	1,720	545	1,483	2,729
<i>D/q: Administração central (líquido)</i>	3,121	2,128	1,866	867	113	2,419
Outros 1/	-18	-1,358	62	816	1,481	1,594
Erros e omissões	-955	-3,007	-3,046	0	0	0
Saldo global	-6,719	-4,470	-595	-703	1,100	1,217
Financiamento	6,719	4,470	595	703	-1,100	-1,217
Variação das reservas brutas (- = aumento)	2,819	-852	-770	960	-333	-291
Recompras/reembolsos ao FMI (- = aumento)	-180	-240	-504
Financiamento excepcional	3,881	5,340	1,370	-77	-527	-422
FMI	1,020	2,007
Outras IFI	164	700
Reestruturação da dívida	2,697	2,633	1,370	-77	-527	-422
Juros estrangeiros	443	-32	-389	-603	-677	-573
Amortizações estrangeiras	2,254	2,665	1,759	526	150	150
Por memória:						
Conta corrente (em percentagem do PIB)	0.8	11.3	9.9	2.9	3.9	2.7
Balança de bens e serviços (em percentagem do PIB)	10.3	19.8	17.6	11.3	11.8	10.8
Balança comercial (em percentagem do PIB)	19.9	29.1	26.7	21.7	22.2	20.7
Balança de capital e financeira (em percentagem do PIB)	5.9	14.4	8.5	2.8	3.4	2.3
Saldo global (em percentagem do PIB)	-11.8	-6.0	-0.5	-0.7	1.2	1.2
Exportações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	36.6	44.9	40.8	36.2	36.4	34.8
Importações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	16.7	15.8	14.1	14.5	14.2	14.1
Reservas internacionais brutas (excluindo títulos dados em garantia nas operações de recompra) 2/						
Em milhões de USD	10,978	14,375	14,661	13,701	14,034	14,325
Em meses de importações do próximo ano	7.0	6.0	7.2	7.1	7.0	7.0
Em percentagem da métrica ARA	97.0	116.1	109.9	112.7	115.6	120.6
Reservas internacionais brutas (incluindo títulos dados em garantia nas operações de recompra) 2/						
Em milhões de USD	14,879	15,508	14,661	13,701	14,034	14,325

Fontes: Autoridades angolanas; e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui a alocação de DSE de cerca de mil milhões de USD em 2021.

2/ Consistente com o tratamento dado pelo BNA, os depósitos em moeda estrangeira do Tesouro no BNA são excluídos das RIB a partir de 2022 (1,2 mil milhões de USD no momento do ajustamento)

Quadro 4b. Angola: Balança de Pagamentos, 2020–25

(em milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
					Proj.	
Conta corrente	872	8,399	11,763	2,208	3,032	2,069
Balança comercial	11,394	21,787	32,771	21,023	21,020	20,384
Exportações, FOB	20,937	33,581	50,038	35,097	34,435	34,256
Petróleo bruto	18,297	27,860	40,273	29,979	28,294	27,389
Gás e refinados de petróleo	1,288	3,567	5,271	2,480	3,235	3,228
Diamantes	1,070	1,550	1,946	2,015	2,096	2,181
Outros	283	605	2,548	623	810	1,458
Importações, FOB	9,543	11,795	17,267	14,073	13,415	13,872
Serviços (líquido)	-5,536	-6,957	-11,214	-10,097	-9,629	-9,957
Crédito	67	94	82	111	101	104
Débito	5,603	7,050	11,297	10,207	9,730	10,061
Rendimento primário (líquido)	-4,924	-5,784	-8,696	-7,856	-7,519	-7,483
Crédito	536	355	177	186	192	200
Débito	5,460	6,139	8,873	8,041	7,711	7,683
Rendimento secundário (líquido)	-63	-646	-1,097	-864	-840	-874
Administrações públicas	4	-11	-31	-14	-12	-10
Outros	-71	-629	-1,059	-849	-829	-864
D/q: Transferências pessoais	-71	-23	-112	-88	-86	-90
Balança de capital	1	2	-2	1	1	1
Conta de operações financeiras (+ = saídas)	3,941	7,232	7,941	2,989	2,460	1,276
Investimento directo	1,957	3,298	6,183	2,372	2,026	1,464
Aquisição líquida de activos financeiros	91	-1,057	41	28	27	26
Aumento líquido de passivos	-1,866	-4,355	-6,142	-2,344	-1,999	-1,437
Investimento de carteira	-1,640	35	-923	151	148	154
Aquisição líquida de activos financeiros	-1,640	35	192	151	148	154
Aumento líquido de passivos	0	0	1,114	0	0	0
Derivados financeiros (líquido)	-20	19	4	0	0	0
Outros investimentos	3,624	3,899	2,680	465	286	-342
Créditos e adiantamentos comerciais	1,027	2,948	2,259	219	-58	-728
Moeda e depósitos	519	537	399	-589	-2,470	-3,786
Empréstimos	2,096	1,772	-39	19	1,332	2,578
D/q: Administração central (líquido)	867	-537	107	341	-37	2,268
Outros 1/	-18	-1,358	62	816	1,481	1,594
Erros e omissões	-955	-3,007	-3,046	0	0	0
Saldo global	-4,023	-1,837	774	-780	573	795
Financiamento	4,023	1,837	-774	780	-573	-795
Variação das reservas brutas (+ = aumento)	2,819	-852	-770	960	-333	-291
Recompras/reembolsos ao FMI (- = aumento)	-180	-240	-504
Financiamento excepcional	1,184	2,708
FMI	1,020	2,007
Outras IFI	164	700
Por memória:						
Conta corrente (em percentagem do PIB)	1.5	11.2	9.6	2.3	3.2	2.1
Balança de bens e serviços (em percentagem do PIB)	10.3	19.8	17.6	11.3	12.0	10.6
Balança comercial (em percentagem do PIB)	19.9	29.1	26.7	21.7	22.2	20.7
Balança de capital e financeira (em percentagem do PIB)	-3.0	11.9	7.7	1.5	3.8	2.9
Saldo global (em percentagem do PIB)	-7.0	-2.5	0.6	-0.8	0.6	0.8
Exportações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	-39.7	60.4	49.0	-29.9	-1.9	-0.5
D/q: Exportações de petróleo e gás (variação percentual)	-41.3	62.6	49.2	-31.7	-2.9	-2.9
Importações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	-32.4	23.6	46.4	-18.5	-4.7	3.4
Termos de troca (variação percentual)	-36.2	53.0	35.6	-27.0	-6.0	-3.9
Exportações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	36.6	44.9	40.8	36.2	36.4	34.8
Importações de bens, FOB (em percentagem do PIB)	16.7	15.8	14.1	14.5	14.2	14.1
Reservas internacionais brutas (excluindo títulos dados em garantia nas operações de recompra)						
Em milhões de USD	10,978	14,375	14,661	13,701	14,034	14,325
Em meses de importações do próximo ano	7.0	6.0	7.2	7.1	7.0	7.0
Em percentagem da métrica ARA	97.0	116.1	109.9	112.7	115.6	120.6
Reservas internacionais brutas (incluindo títulos dados em garantia nas operações de recompra) 2/						
Em milhões de USD	14,879	15,508	14,661	13,701	14,034	14,325

Fontes: Autoridades angolanas; e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

1/ Inclui a alocação de DSE de cerca de mil milhões de USD em 2021.

2/ Consistente com o tratamento dado pelo BNA, os depósitos em moeda estrangeira do Tesouro no BNA são excluídos das RIB a partir de 2022 (1,2 mil milhões de USD no momento de ajustamento)

Quadro 5. Angola: Dívida Pública, 2020–25

(em percentagem do PIB)

	2020	2021	2022	2023	2024	2025
			Prel.		Proj.	
Total da dívida pública¹	138.4	83.5	65.2	83.2	75.6	65.2
Curto prazo	4.9	2.1	1.1	1.3	0.7	0.8
Médio e longo prazo	133.5	81.3	64.1	81.9	74.9	64.3
Interna	35.3	22.9	17.8	19.0	15.5	14.5
Curto prazo	4.6	2.0	1.0	1.2	0.6	0.7
Médio e longo prazo	30.6	20.9	16.8	17.8	15.0	13.8
Externa	103.1	60.5	47.5	64.2	60.1	50.7
<i>A: bancos comerciais</i>	67.3	39.8	31.1	42.2	39.9	34.7
<i>A: credores oficiais</i>	22.6	16.1	12.4	17.7	16.8	13.7
<i>A: outros credores privados</i>	13.2	4.6	4.0	4.4	3.3	2.3
Curto prazo	0.2	0.1	0.1	0.1	0.1	0.1
Médio e longo prazo	102.9	60.4	47.4	64.1	60.0	50.5
<i>D/q: Sonangol</i>	8.5	4.8	3.6	5.2	3.2	2.1
<i>D/q: TAAG</i>	0.3	0.3	0.1	0.2	0.2	0.1

Fontes: Autoridades angolanas; e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ Inclui a dívida da administração central, a dívida externa da petrolífera estatal Sonangol e da companhia aérea estatal TAAG, e a dívida garantida.

Quadro 6 Angola: Indicadores de Estabilidade Financeira, 2015–22

(em percentagem)

	dez-15	dez-16	dez-17	dez-18	dez-19	dez-20	dez-21	mar-22	jun-22	set-22	dez-22
Adequação dos fundos próprios											
Fundos próprios regulamentares/activos ponderados pelo risco	19.8	19.2	18.9	24.2	23.2	20.3	23.8	22.9	20.5	18.8	28.4
Fundos próprios (valor líquido)/activos ponderados pelo risco	13.8	14.3	17.6	21.7	19.1	17.7	20.6	21.7	17.8	16.9	21.3
Qualidade dos activos											
Empréstimos em moeda estrangeira/total de empréstimos	30.8	29.5	25.1	28.1	31.6	30.3	21.7	16.8	15.7	15.8	20.0
Crédito não produtivo/empréstimos brutos	11.6	13.1	28.8	28.3	32.4	18.4	20.3	21.2	22.0	21.1	14.4
Distribuição sectorial do crédito											
Crédito ao sector público/total do crédito	29.4	8.7	10.9	11.6	9.7	10.2	9.1	8.1	8.3	7.7	8.1
Crédito ao sector privado/total do crédito	42.1	91.3	89.1	88.5	90.3	89.8	90.9	91.9	91.7	92.3	91.9
Lucros e rentabilidade											
Rentabilidade dos activos (ROA)	1.7	2.2	2.1	4.4	-1.3	-2.9	2.2	1.5	2.5	2.3	2.7
Rentabilidade dos fundos próprios (ROE)	12.9	15.6	14.5	26.6	-10.0	-29.8	26.7	14.2	24.2	19.9	22.1
Custos/rendimentos	99.8	99.7	99.8	99.6	109.8	121.5	81.3	85.3	77.5	79.7	76.3
Taxa de juro sobre empréstimos menos taxa de juro sobre depósitos à ordem	9.9	19.3	23.8	27.3	20.4	14.5	10.2	7.7	12.4	9.0	8.2
Taxa de juro sobre a poupança	3.5	4.8	9.7	4.5	8.3	11.4	10.8	10.3	10.0	10.0	10.0
Margem financeira/rendimento bruto	53.01	63.1	72.3	43.2	44.9	168.3	91.0	95.0	80.5	81.5	73.2
Liquidez											
Activos líquidos/total do activo	39.7	46.3	33.8	22.2	26.6	30.1	35.8	36.9	33.2	32.2	30.9
Activos líquidos/passivos de curto prazo	50.6	59.2	43.2	28.6	32.6	35.8	43.6	44.1	40.3	40.0	38.9
Créditos/depósitos	59	51.6	49.3	44.2	42.0	32.7	35.9	36.5	36.9	38.3	34.4
Passivos em moeda estrangeira/total do passivo	0.0	34.4	33.5	46.1	53.0	54.2	45.5	37.9	35.9	33.6	36.3
Sensibilidade ao risco de mercado											
Posição aberta líquida em moeda estrangeira/fundos próprios ³	34.37	42.9	46.1	36.5	2.1	32.6	39.6	19.7	14.4	25.6	17.2
NÚMERO DE BANCOS DECLARANTES ⁴											
	28	27	29	27	26	26	25	25	25	25	23

Fontes: Autoridades angolanas; e estimativas do corpo técnico do FMI.

¹ Com base nos dados provenientes do Departamento de Supervisão de Instituições Financeiras do Banco Nacional de Angola, que diferem da base de dados dos Indicadores de Solidez Financeira do FMI

² Dois bancos, atualmente em processo de reestruturação, registam as provisões diferidas (uma medida de moratória regulamentar) na categoria "outros activos". Este tratamento contabilístico resulta na sobreavaliação dos fundos próprios regulamentares do sector bancário mas não afecta o crédito não produtivo. O reconhecimento das provisões diferidas distribui-se ao longo dos próximos cinco anos (pela dedução ao valor dos "outros activos").

³ Números positivos indicam uma posição longa em USD.

⁴ No fim de setembro de 2022, existiam 6 bancos estrangeiros em Angola com activos totais correspondentes a 12,3% dos activos totais do sistema. Durante o terceiro trimestre de 2022, um banco pequeno abdicou voluntariamente da sua licença, e outro banco teve a sua licença revogada pelo BNA.

Quadro 7. Angola: Necessidades e Fontes de Financiamento Orçamental, 2023–25

(em mil milhões de USD, salvo indicação em contrário)

	2023	2024	2025
		Proj.	
Necessidades de financiamento¹ (A)	13.6	7.6	5.8
Défice primário	-3.0	-5.3	-6.2
Serviço da dívida	15.8	12.4	11.5
Serviço da dívida externa	8.9	7.7	8.9
Capital	5.7	4.5	5.6
Juros	3.2	3.2	3.3
Serviço da dívida interna	6.9	4.7	2.6
Capital	5.0	3.3	1.0
Juros	1.8	1.3	1.6
Recapitalizações	0.2	0.0	0.0
Regularização líquida de atrasados internos / contas a pagar	0.3	0.3	0.3
Regularização líquida de atrasados externos / contas a pagar	0.3	0.2	0.2
Fontes de financiamento (B)	13.6	7.6	5.8
Desembolsos da dívida externa	5.3	4.5	3.3
Desembolsos da dívida interna	5.5	2.8	2.4
Privatização	0.3	0.1	0.1
Levantamentos de depósitos (+) ²	1.1	0.0	-0.2
Levantamentos de contas de garantia (+)	0.9	0.2	0.2
Venda de ativos do FSDEA	0.5	0.0	0.0
Défice de financiamento (A-B)	0.0	0.0	0.0
Por memória :			
Total de disponibilidades de tesouraria utilizáveis ³	1.0	1.7	2.2
Total de disponibilidades de tesouraria utilizáveis (em meses de despesas) ⁴	1.6	2.7	3.1
Taxa de refinanciamento da dívida externa (em percentagem) ⁵	60	59	37
Taxa de refinanciamento da dívida interna (percentagem) ⁶	86	61	93

Fontes: Autoridades angolanas; e estimativas e projecções do corpo técnico do FMI.

¹ A serem colmatadas com novas emissões. Estas necessidades de financiamento podem diferir das NBF padrão da ASD.² Exclui transações do FSDEA e em numerário relacionadas com receitas de privatização e regularização de atrasados a partir de 2020.³ Depósitos do governo no BNA, incluindo variações de valor.⁴ Depósitos do governo no BNA, em meses de gastos com salários e juros, incluindo variações de valor.⁵ Rácio entre os desembolsos (excl. financiamento do programa) e o serviço da dívida externa.⁶ Rácio entre os desembolsos (excluindo adiantamentos do BNA e os títulos do governo emitidos para recapitalizações e regularizações de atrasados) e o serviço da dívida interna (excluindo as obrigações emitidas para liquidar os adiantamentos do BNA).

Quadro 8 Angola: Indicadores de Crédito do FMI, 2021–30

(nas unidades indicadas)

	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
	Efetivo			Projeções						
Acordos do FMI existentes e potenciais	(em milhões de DSE)									
Desembolsos	1,408.7	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0	0.0
Stock de crédito do FMI existente e potencial	3,213.4	3,213.4	3,079.3	2,900.5	2,526.9	1,991.3	1,455.8	920.2	518.7	162.0
Obrigações	49.3	91.9	325.2	376.8	567.4	697.8	655.5	615.7	454.8	390.2
Capital (reembolso/recompra)	0.0	0.0	134.1	178.8	373.6	535.6	535.6	535.6	401.5	356.7
Encargos e juros	49.3	91.9	191.1	198.0	193.8	162.2	120.0	80.2	53.3	33.5
	(em milhões de USD)									
Stock de crédito do FMI existente e potencial	4,578.3	4,297.7	4,132.4	3,892.7	3,408.7	2,701.2	1,985.1	1,261.4	714.8	224.4
Obrigações	70.2	122.9	436.4	505.7	765.5	946.5	893.9	844.1	626.8	540.6
Capital (reembolso/recompra)	0.0	0.0	179.9	240.0	504.0	726.5	730.3	734.2	553.3	494.2
Encargos e juros	70.2	122.9	256.5	265.7	261.5	220.0	163.6	109.9	73.5	46.3
Obrigações, em relação às principais variáveis	(em percentagem)									
Quota	6.7	12.4	43.9	50.9	76.7	94.3	88.6	83.2	61.5	52.7
Produto interno bruto	0.1	0.1	0.5	0.5	0.8	0.9	0.8	0.7	0.5	0.4
Reservas internacionais brutas	0.5	0.8	3.2	3.6	5.3	6.5	6.1	5.7	4.2	3.5
Exportações de bens e serviços	0.2	0.2	1.2	1.5	2.2	2.8	2.6	2.5	1.8	1.5
Exportações de bens e serviços livres de ónus ¹	0.2	0.3	1.3	1.6	2.4	3.0	2.8	2.6	1.9	1.6
Receitas da administração central	0.4	0.4	2.1	2.5	3.7	4.5	4.2	3.8	2.8	2.3
Receitas da administração central livres de ónus ¹	0.4	0.4	2.4	2.9	4.3	5.1	4.7	4.2	3.0	2.5
Serviço da dívida externa	1.4	1.7	4.9	6.6	8.6	11.1	10.3	8.2	5.9	6.4
Serviço da dívida externa sem garantia ¹	1.8	2.0	7.2	10.2	12.1	15.4	13.9	10.2	7.1	7.9
Crédito do FMI em aberto, em relação às principais	(em percentagem)									
Quota	434.2	434.2	416.1	391.9	341.4	269.1	196.7	124.3	70.1	21.9
Produto interno bruto	6.0	3.5	4.3	4.1	3.5	2.6	1.8	1.1	0.6	0.2
Reservas internacionais brutas	31.3	29.1	30.2	27.8	23.9	18.5	13.5	8.5	4.8	1.4
Dívida externa	8.7	8.1	7.8	7.6	7.1	5.8	4.5	3.0	1.8	0.6
Serviço da dívida externa sem garantia ²	12.7	11.1	10.2	9.5	8.5	6.7	4.9	3.1	1.8	0.6
Por memória:	(em milhões de USD, salvo indicação em contrário)									
Quota (em milhões de DSE)	740	740	740	740	740	740	740	740	740	740
Produto interno bruto	74,861	122,781	96,925	94,602	98,567	102,744	108,653	114,058	119,818	125,957
Reservas internacionais brutas	14,375	14,661	13,701	14,034	14,325	14,636	14,742	14,878	14,997	15,666
Exportações de bens e serviços	33,675	50,120	35,207	34,536	34,360	34,257	33,926	34,252	34,703	35,118
Receitas da administração central	17,448	28,508	21,139	20,326	20,491	20,810	21,371	22,037	22,753	23,527
Serviço da dívida externa	4,944	7,270	8,937	7,697	8,867	8,553	8,678	10,300	10,648	8,427
Total da dívida externa ³	51,555	52,898	52,684	51,124	48,090	46,317	44,554	42,949	40,096	37,450

Fontes: Autoridades angolanas; e cálculos do corpo técnico do FMI.

¹ Menos o serviço da dívida externa garantida.

² Menos a dívida externa garantida.

³ Incluindo a Sonangol, a TAAG e as garantias públicas.

Anexo I. Matriz de Avaliação de Riscos¹

Fonte de riscos	Probabilidade	Impacto potencial	Resposta de políticas
Diminuição mais acentuada do que o esperado dos preços do petróleo e/ou da produção de petróleo bruto , que reduzirá o crescimento, as receitas fiscais petrolíferas e a disponibilidade de moeda estrangeira, enfraquecendo a moeda, ameaçando os rácios da dívida, os preços, a solidez do sistema bancário e, potencialmente, a capacidade de Angola para reembolsar o FMI.	Média	Alto	Mobilizar receitas fiscais não petrolíferas adicionais; conter as despesas, se necessário, preservando, ao mesmo tempo, as despesas sociais para as pessoas mais vulneráveis; prosseguir com as operações activas de gestão da dívida para facilitar o serviço da dívida externa a médio prazo; acumular reservas, sempre que possível, para fomentar os amortecedores externos e permitir que a taxa de câmbio funcione como amortecedor de choques, sempre que necessário, para preservar os amortecedores externos e acelerar as reformas para diversificar a economia.
Possibilidade de se verificar uma fadiga de reformas , incluindo a possibilidade de reversão de políticas, além de novas derrapagens orçamentais, tendo em conta as adversidades omnipresentes.	Média	Médio	Intensificar o programa de transferências sociais com a ajuda do Banco Mundial para proteger as pessoas mais vulneráveis dos efeitos secundários das reformas; continuar com a assistência técnica bem orientada do FMI e de outros parceiros de desenvolvimento para mitigar os riscos de implementação e os efeitos secundários das reformas.
Recrudescimento de condições meteorológicas adversas com um impacto negativo no sector agrícola , conduzindo a um crescimento mais lento do sector não petrolífero e prejudicando os esforços de diversificação.	Média	Médio	Avançar com os esforços de diversificação e as reformas estruturais para estimular o investimento no sector agrícola e fomentar a sua resiliência, nomeadamente, nas áreas das infraestruturas, do ambiente de negócios e do capital humano. Intensificar o programa de transferências sociais para proteger as pessoas mais vulneráveis aos choques.
Intensificação dos conflitos regionais . A escalada da guerra da Rússia na Ucrânia ou outros conflitos regionais e as sanções económicas daí resultantes perturbam o comércio (por exemplo, nos domínios da energia, produtos alimentares, turismo e/ou componentes críticas da cadeia de abastecimento), as remessas, os fluxos de refugiados, o IDE e os fluxos financeiros, bem como os sistemas de pagamento.	Alta	Baixo	Avançar com os esforços de diversificação e as reformas estruturais para estimular o investimento no sector agrícola, sensível aos choques de abastecimento de fertilizantes, e aumentar a sua resiliência, nomeadamente, nas áreas de infraestruturas, do ambiente de negócios e do capital humano.
Abrandamento ou recessão abrupto à escala mundial . A combinação de factores de risco globais e idiossincráticos causa um abrandamento do crescimento acentuado e sincronizado, com recessões imediatas em alguns países, repercussões por via dos canais comerciais e financeiros e fragmentação dos mercados.	Média	Alto	Mobilizar receitas não petrolíferas adicionais e conter as despesas, sempre que necessário, salvaguardando as despesas sociais para as pessoas mais vulneráveis. Prosseguir com as operações activas de gestão da dívida para facilitar o serviço da dívida externa e acumular reservas, sempre que viável, para aumentar os amortecedores externos e reduzir a dependência do financiamento externo. Do mesmo modo, continuar a desenvolver o mercado da dívida interna.

¹A Matriz de Avaliação de Riscos (MAR) mostra eventos que podem alterar de forma material a trajectória de base (o cenário mais provável de se concretizar na perspectiva da equipa técnica do FMI). A probabilidade relativa refere-se à avaliação subjectiva da equipa técnica do FMI acerca dos riscos ao cenário de base ("baixa" = probabilidade abaixo dos 10%, "média" = probabilidade entre 10% e 30% e "alta" = probabilidade entre 30% e 50%). A MAR reflecte a opinião da equipa técnica sobre a fonte de risco e o nível geral das preocupações no momento das discussões com as autoridades. Riscos não mutuamente exclusivos podem interagir e materializar-se conjuntamente. "Curto prazo" e "médio prazo" referem-se a riscos que se podem materializar em 1 ano e 3 anos, respectivamente. **Edição da MAR de fevereiro de 2023.**